

GUIA DE ESTUDOS



ECOSOC



III ONU INTER
COLEGIAL



Rede Jesuítas de Educação



SUMÁRIO

1. CARTA DE APRESENTAÇÃO	3
2. SOBRE A SIMULAÇÃO.....	4
3. SOBRE A ONU	5
4. SOBRE O COMITÊ	6
5. CONCEITOS GERAIS	8
6. HISTÓRICO DO TEMA	17
7. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	25
8. POSICIONAMENTO DO JORNAL.....	30
9. POSICIONAMENTO DA ONU.....	33
10. PANORAMA DOS PAÍSES MEMBROS	34
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
12. REFERÊNCIAS	51



1. CARTA DE APRESENTAÇÃO

Caros senhores delegados e senhoras delegadas,

É com grande apreço e gratidão que a mesa diretora do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas da III ONU Intercolegial lhes dá as boas-vindas e recepciona nesta edição deste grande evento. Esperamos que desfrutem plenamente desta experiência acadêmica e que se divirtam ao exercer debates acalorados e bem elaborados, idealizados com carinho por nós, Diretoras, para vocês nesta simulação. Nos dedicamos bastante a preparar tudo e esperamos que tudo resulte em uma discussão enriquecedora e saudável, que promova tanto o desenvolvimento educacional quanto o socioemocional.

De tal maneira, é com êxito que lhes apresentamos o Guia de Estudos do respectivo comitê. Nesse sentido, com o intuito de contribuir para a formação de indivíduos empáticos, com senso crítico e responsabilidade, pretendemos proporcionar uma experiência completa.

Levando em consideração a alta relevância da discussão acerca das **Sanções à Coreia do Norte: os impactos socioeconômicos da hegemonia capitalista**, esse será o tema abordado nesta edição. Acreditamos que questões acerca de reflexões ideológicas, projeção de poder, regimes autoritários e as consequências socioeconômicas que os engloba serão devidamente proveitosos. Dessa forma, é essencial que os senhores realizem um estudo prévio e ultrapassem esse documento, objetivando sempre priorizar e respeitar os seus interesses e as políticas externas da sua delegação.

Que fique claro que os responsáveis por efetivar o projeto são os senhores/as, que com dedicação realizam as cruciais discussões. Sendo assim, se lembrem que a diretoria, o secretariado e a equipe técnica estão trabalhando em conjunto para que se sintam acolhidos e inspirados para se empenhar. Portanto, não se restrinjam a tirar qualquer dúvida que os ocorra e que não tenham vergonha de pedir apoio se necessário. Estamos à disposição!

Esta é uma iniciativa singular, na qual temos a oportunidade de entrar em contato com diversas pessoas competentes, de realidades e estados distintos. Essa é a terceira edição da ONU Intercolegial e representa para os colégios envolvidos motivo de muito orgulho! É de grande privilégio tratar de temas tão necessários. Por isso, esperamos que se comprometam e aproveitem o que esta vivência tem a oferecer ao máximo!

Atenciosamente,
Bruna Catão, Isabel Maia e Victoria Kozilek.



2. SOBRE A SIMULAÇÃO

É com uma inestimável alegria e honra que expressamos as nossas boas-vindas à III ONU Intercolegial! Esse projeto, tão almejado a cada dois anos, congrega uma diversidade de pessoas e, por conseguinte, de ideias, as quais edificam o caráter multifacetado dessa vivência. A simulação, a qual é acolhida pelas unidades educacionais da Rede Jesuíta de Educação (RJE), evidencia que aquilo que nos difere é o que nos une.

Neste ano, celebramos o retorno da maior simulação da RJE ao modelo presencial. Desta vez, cabe ao Colégio Antônio Vieira, unidade localizada em Salvador, na Bahia, assumir as responsabilidades de sediar um evento de tamanha magnitude, cujo escopo espelha o histórico bem-sucedido da Companhia de Jesus do Brasil na promoção e fomento à cultura de simulações *MUN*, e acolher educadores e estudantes de todo o país, que convergem — apesar, ou até, muito por conta de suas diferentes vivências — em objetivo uníssono: formar cidadãos globais comprometidos com a diplomacia e o estudo analítico da realidade ao redor.

Nessa jornada de grande aprendizagem, contamos com o envolvimento genuíno dos participantes, dado que a entrega, o destaque e o elevado desempenho que conduziram os estudantes até a ONU Intercolegial são os aspectos que farão dessa experiência a mais agregadora, memorável e excepcional. Nesse sentido, a nossa Comissão Organizadora, composta por diretores e orientadores provenientes do Colégio Anchieta (Porto Alegre/RS), Colégio Antônio Vieira, Colégio dos Jesuítas (Juiz de Fora/MG), Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro/RJ) e Colégio São Luís (São Paulo/SP), tem empreendido inúmeros esforços, a fim de construir uma simulação que seja digna do nosso orgulho e memória.

Para tanto, objetivamos atender ao mote da Intercolegial, o binômio inovação e renovação. Isso porque, em primeiro lugar, buscamos agregar ao projeto formatos e linguagens inéditos, sempre tendo como base os experimentos internos dos colégios envolvidos, em suas próprias simulações. Por outro lado, reconhecemos que o motor do projeto é propiciar uma simulação ainda melhor da que nos foi ofertada no passado. Sendo assim, mantemos-nos à disposição para auxiliá-los nessa trajetória de trocas e crescimento, fazendo da III ONU Intercolegial uma vivência, verdadeiramente, diferenciada!

Beatriz Costa e João Pontes,
Secretários-gerais da III ONU Intercolegial



3. SOBRE A ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas (NU), é uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, Direitos Humanos e a realização da paz mundial.

A ONU foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações, com o objetivo de deter a guerra entre países e fornecer uma plataforma para o diálogo. Ela contém várias organizações subsidiárias para realizar suas missões. Existem, atualmente, 193 países-membros, incluindo quase todos os Estados soberanos do mundo.

De seus escritórios em todo o mundo, a ONU e suas agências especializadas decidem sobre questões específicas ou administrativas em reuniões regulares ao longo do ano. A figura mais destacada da ONU é o secretário-geral, cargo ocupado desde 2017 por António Guterres, de origem portuguesa. A organização é financiada por contribuições voluntárias dos Estados-membros e tem seis línguas oficiais: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol.

A organização está dividida em instâncias administrativas, marcadamente pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança. Além de seus órgãos próprios, a ONU conta com a colaboração de organismos regionais, como previsto no art. 52 Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, sendo a Organização dos Estados Americanos e Comitê dos Direitos Humanos alguns dos exemplos:

Artigo 52:

1. Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de organismos regionais, destinados a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os propósitos e princípios das Nações Unidas.

2. Os membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de submetê-las ao Conselho de Segurança.

3. O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou entidades regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instância do próprio Conselho de Segurança.



4. SOBRE O COMITÊ

Figura 1 - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas



Fonte: Nações Unidas Brasil, 2012

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) se estabeleceu em 1945 na Carta das Nações Unidas, sendo um dos seis principais órgãos em meio ao sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, é responsável por coordenar, revisar e dialogar sobre políticas e acordos que permeiam questões econômicas, sociais e ambientais. Nesse sentido, é o ambiente no qual se leva adiante debates e emergem ideias para se alcançar recomendações, encaminhadas para a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), de acordo com as metas internacionais.

A partir de 2020, o ECOSOC passou por algumas reformas, feitas a fim de melhorar o desempenho do órgão em sua busca para atender as demandas globais e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sendo assim, o Conselho, promove a participação de países, organizações internacionais e sociedade civil por meio de suas conferências. De tal forma, seu ofício se estrutura em torno do que se é mais discutido anualmente para atingir os objetivos da Agenda de 2030 em seu intuito de promover o desenvolvimento sustentável. Com isso, incita parcerias e políticas públicas eficazes acerca desses temas.

Quanto a seu funcionamento, o Conselho é de cunho recomendatório, todavia, utiliza comissões como: FAO, OIT, OMS, UNESCO e CDH de maneira mandatária. Além disso, seus Estados-membros



constituintes são eleitos na Assembleia Geral, com mandatos que duram três anos. São ao todo 54 Estados, e sua representação é baseada na localização geográfica dos países, sendo 14 assentos para Estados africanos, 11 para asiáticos, 6 para o Leste Europeu, 16 para a América Latina e Caribe e 13 para a Europa Ocidental e outros Estados. Com tal abordagem, se aspira garantir o multilateralismo eficiente, para que todas as pautas envolvam a cooperação plena entre as nações.

No ano de 2020, ocorreram as chamadas “sessões substantivas do Ecosoc” a respeito da *Ação acelerada e caminhos transformadores: concretizando a década de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável*. Tais sessões compõem um arranjo complexo de reuniões, das quais fazem parte: i) o segmento de integração; ii) o segmento do Fórum Político do Alto Nível (HLPF); e iii) o segmento de alto nível do Ecosoc.

Primeiramente, o segmento de interação recebe e sintetiza os levantamentos de ideias de todo o sistema das Nações Unidas. Essa reunião dura apenas um dia e, então, é encaminhado a sua síntese para o segmento do *High Level Political Forum* (HLPF). Desse modo, o Fórum Político de Alto Nível, que possui a responsabilidade de acompanhar a Agenda 2030 e seus ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), examina a síntese realizada pelo órgão anterior, seus progressos, suas lições e seus desafios. Então, é passado para o segmento de instância máxima do Conselho: o segmento de alto nível. Cabendo-lhe a adoção de uma declaração oficial, após consideração do *High Level Political Forum* (HLPF), a ser encaminhada à AGNU.

Portanto, o Ecosoc é um Conselho extremamente complexo que demanda alta competência. Trata de questões econômicas e sociais em todos os setores que envolvem o globo de maneira cuidadosa e inclusiva, com bases no multilateralismo, por se tratar de uma parte da Assembleia Geral.



5. CONCEITOS GERAIS

5.1 Sanções Internacionais

No conceito geopolítico, as sanções internacionais vieram como alternativa punitiva às resoluções por ações bélicas, sendo expressão de desaprovação para governos ou organizações que ferem as Leis Internacionais. Dessa forma, sanções são medidas restritivas impostas com o intuito de pressionar determinado país a mudar sua postura frente a alguma situação que outras nações desaprovam.

Logo, tais medidas podem ser unilaterais ou multilaterais, ou seja, imposta por determinado país, grupo de países ou bloco econômico, respectivamente. Portanto, o Sistema de Sanções da ONU tem como objetivo resolver pacificamente conflitos em âmbito global punindo países que violam normas internacionais.

Quando a ONU passa a sancionar algum país específico, isso quer dizer que, durante as reuniões do Conselho de Segurança, os países presentes entraram em acordo para aplicarem medidas punitivas àqueles que violam as regras geopolíticas. Os objetivos do Sistema de Sanções da ONU são: (1) manter a paz e a segurança internacional; (2) promover o respeito ao direito internacional; (3) proteger os direitos humanos. Entretanto, há também certas críticas em relação à eficácia dessas soluções, seja pelo impacto humanitário causado por elas ou pela parcialidade do CSNU para aplicação das sanções.

5.1.1. Sanções Econômicas

As Sanções Econômicas se categorizam como as restrições que atingem as relações comerciais de um país. Em sua grande maioria, esse tipo de sanção é aplicado por meio de embargos econômicos, que se dão por uma limitação comercial ou a proibição de transações com empresas específicas.

Entretanto, o embargo é apenas uma das modalidades das sanções econômicas, que podem acontecer de forma mais específica. É possível mirar empresas de indivíduos selecionados, restringir negócios com determinados setores ou empresas e até mesmo congelar contas bancárias. A limitação à circulação de migrantes, aviões e navios também se enquadra no aspecto econômico das sanções.



5.1.2. Sanções diplomáticas

As sanções diplomáticas são aquelas que suspendem relações políticas entre países, tendo como alvo penalizar o Estado que desobedece às Ordens Internacionais. Ao invés dos países sofrerem por embargos econômicos ou militares, essa medida parte do princípio de cessar a cordialidade entre os governos de nações.

Dito isso, na prática essas ações podem se dar por meio da redução ou remoção de laços diplomáticos, cancelamento ou limitação de visitas governamentais, fechamento de embaixadas e até mesmo a retirada ou expulsão de missões diplomáticas. Assim, pretende-se demonstrar publicamente a insatisfação com as atitudes do país alvo dessas sanções.

5.1.3 Sanções militares

Sanções militares são medidas coercitivas mais extremas, utilizadas quando as sanções diplomáticas e econômicas falham em solucionar problemas internacionais. Apesar de serem medidas de último recurso, podem ser mais ou menos agressivas, a depender do contexto.

No caso de um embargo, a fim de cortar o fornecimento de armas de determinado país, se tem uma sanção menos agressiva. Essa medida, mesmo sem uso da força, categoriza-se como sanções militares por se tratar de restringir o comércio de armamentos.

Em contraste, se uma nação intervém militarmente de qualquer forma (envio de armas, treinamento ou o ataque em si), essa atitude se trata de uma sanção militar agressiva. Esse uso direto da força militar traz consequências graves para a população do Estado sancionado e para a comunidade internacional.

5.1.4 Sanções do CSNU e OFAC

Tanto o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) quanto a Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos Estados Unidos (OFAC) são órgãos que divergem opiniões, por serem capazes de sancionar países. Todos os países membros da ONU devem seguir as exigências descritas na lista de responsabilidade do CSNU, caso contrário, como punição, as sanções podem ser utilizadas como ferramentas de manutenção da Paz pela Organização. Essa lista é um documento de ações internacionais que não devem ser feitas, caso contrário, o Conselho de Segurança entrará com as medidas limitadoras.

Já a OFAC, mesmo tendo uma lista de responsabilidade específica dos Estados Unidos, as nações costumam seguir essa lista. Influenciando na tomada de decisões das instituições internacionais, sanções são evitadas. Países que têm negócios com alguma empresa dos EUA são, por extensão,



incluídos nas obrigações do regulador. Geralmente, para evitar as sanções de congelamento de bens, por exemplo, as instituições encerram o serviço caso não estejam seguindo as demandas da lista estadunidense.

5.1.5 Sanções esportivas

Sanções esportivas são medidas que podem punir indivíduos específicos, equipes ligas ou países por violação de regras de um esporte ou organização esportiva. Tais medidas podem ser aplicadas de diversas formas, como advertências, multas, suspensões, desclassificações, rebaixamentos ou, em casos mais graves, expulsões.

Entretanto, essas restrições esportivas são polêmicas, uma vez que afeta o país de modo com que a população deste se prejudique. Um exemplo é quando a equipe representante de uma nação é proibida de participar de eventos esportivos internacionais, como as Olimpíadas. Portanto, é de importância considerável averiguar se essas sanções estão sendo proporcionais à gravidade da violação.

5.1.6 Sanções ambientais

Como solução internacional para proteção do ecossistema, as sanções ambientais são medidas aplicadas a pessoas jurídicas ou físicas que causam danos ao meio ambiente, como por exemplo no caso amazônico, em que os EUA queriam impor tais medidas preventivas ao Brasil como forma de punição às queimadas e os desmatamentos em massa.

Entretanto, esse termo é extremamente recente e ainda está em construção. As sanções ambientais limitariam, caso aprovadas pelo Parlamento Europeu, a importação de *commodities* agrícolas aos países que infringissem as Leis Internacionais ou, até mesmo, àqueles países signatários do Acordo de Paris, que descumprirem o tratado.

5.2 Hegemonia

De forma simplificada, hegemonia seria o termo geopolítico que caracteriza a supremacia entre cidades, nações ou povos. Para Antonio Gramsci, filósofo e crítico literário italiano, hegemonia é a capacidade de um ou mais grupos sociais comandarem outros. O domínio pode ser de diversas maneiras, cultural e persuasivo ou até utilizando a força militar para obter o controle de poder. Na visão gramsciana, que é vinculada a teorias marxistas, em uma sociedade capitalista, os grupos que possuem condições econômicas mais favoráveis exercem poder sobre os que estão em uma situação mais vulnerável.



Em contextos geopolíticos, é muito comum se falar da hegemonia dos Estados Unidos e de sua postura diante do cenário global. Nas relações internacionais, esse termo se abrange para a dominação de um Estado sobre o outro da maneira citada previamente. Com o desenvolvimento tecnológico e econômico estadunidense pós Segunda Guerra, o país tornou-se uma potência mundial e o maior símbolo capitalista. Além disso, o processo de produção do país é dominante e expansivo, fazendo com que seu poder controlador seja notável.

Ademais, a hegemonia não se expressa apenas de forma ativa, como na utilização de poder militar ou econômico, mas também por meio da arte e da cultura. A identidade do século XXI em quase todo o polo ocidental é pautada nas tendências anglo-americanas, principalmente estadunidenses. Portanto, essa classificação não apenas é uma estrutura geopolítica, mas social também, impactando desde as músicas que escutamos até os conflitos em países.

Ao final, nesse processo hegemônico, a ideologia dominante é reforçada e cada vez menos questionada, reforçando um consenso entre os países que se afetam por essa desigualdade de poder. Dessa forma, a supremacia é constantemente sustentada pelas nações econômica e socialmente dominantes.

Figura 2: Influência dos Estados Unidos sobre o sistema financeiro mundial



Fonte: Shutterstock, 2023



5.3 Multilateralismo

Sendo um dos pilares nos objetivos da ONU, o multilateralismo é entendido como a colaboração entre os Estados em torno de uma temática de interesse comum. Dito isso, é uma pauta imprescindível no contexto das relações internacionais e uma das principais características da diplomacia mundial. Essa forma de parceria internacionais foi impulsionada pela globalização que mudou a maneira na qual os problemas são vistos. Com o ideal multilateralista, entende-se que a maior parte dos impasses geram um impacto global, mesmo que esteja concentrado em uma região específica.

Figura 3: 78º Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas



Fonte: Nações Unidas Brasil, 2023

Apesar de ideal, na prática, o multilateralismo é frequentemente questionado acerca de sua eficácia. Em um sistema internacional no formato da ONU, é ingênuo acreditar que a estabilidade universal pode ser adquirida ao permitir equilíbrio de poder entre os países. De tal maneira, afirmar que o cenário global contemporâneo é multilateral é uma falácia. Por isso, é imprescindível ter em mente o questionamento quanto a eficiência desse tipo de colaboração na realidade, para quem o multilateralismo se aplica? Quem são os que dividem o poder de forma equitativa?

Sendo assim, existem organizações internacionais, como a ONU, que têm como intuito tentar garantir a aplicação do multilateralismo, trazendo à tona discussões a seu respeito. A existência de órgãos como a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) são iniciativas que objetivam a diminuição da disparidade existente entre países, dando a oportunidade de representação tanto para potências, quanto para Estados com menor projeção.



5.4 Capitalismo

O capitalismo é definido como conjunto de comportamentos individuais e coletivos, atinentes à produção, distribuição e consumo de bens. É um sistema econômico que teve seu início após o feudalismo e se intensificou com a Revolução Industrial e, mais recentemente, com a globalização.

Existem três pilares que caracterizam e distinguem o capitalismo de outros modelos de produção: propriedade privada dos meios de produção que depende do trabalho assalariado formalmente livre, sistema de mercado baseado principalmente na iniciativa privada e racionalização dos meios para a valorização do capital e a busca insaciável por lucro.

Durante o período da Guerra Fria, pós-Segunda Guerra Mundial, o mundo estava passando por um processo de embate de poder entre os Estados Unidos da América, principal representação do capitalismo liberal, e da União Soviética, principal representação do socialismo. Com a queda da URSS, em 1991, ficou estabelecida a vitória capitalista como única na ordem mundial. Nesse período, foi prometido menos desigualdades, menos guerras e mais liberdade por parte estadunidense.

A economia capitalista já passou por 4 momentos históricos. Do século XV ao século XVIII ficou marcada a era comercial relacionada com o colonialismo e o mercantilismo. O segundo momento histórico, do século XVIII ao XIX, representou a era industrial, caracterizada pelo imperialismo e o liberalismo. Após isso, do século XIX ao XX, o momento histórico capitalista chamado de “financeiro”, após a crise de 29, é identificado pelo keynesianismo (abordagem capitalista com intervenção estatal) e pela atuação operária fordista. E o momento atual, informacional, é definido pela globalização e o neoliberalismo.

5.5 Filosofia Juche

A República Popular Democrática da Coreia, ou apenas Coreia do Norte, é governada por um governo unipartidário baseado na ideologia Juche, criada por Kim Il Sung e aperfeiçoada por Kim Jong Il. O primórdio dessa filosofia é o antropocentrismo voluntarista, que seria basicamente a crença de que o homem, ser social, é dono de tudo e decide tudo. Então, a partir desse pensamento, nós desempenhamos papel decisivo na transformação da sociedade para traçar seu próprio destino.

O Juche, como ideologia, preza pela completa independência política, ou seja, a aplicação de estratégias que preservem a soberania e interesses nacionais acima de tudo, baseando-se em suas próprias forças econômicas e militares. Centrada no homem, ela explica o papel e a função que este exerce no mundo. Segundo essa ideologia, as massas são donas de tudo e



traçam seus próprios feitos, por isso é o principal pilar para a construção e progresso do socialismo.

Um de seus pontos principais se trata de mobilizar as massas para a revolução que determina uma nação independente que não sofre imposições de outros países, não podendo ser realizado nada que não venha da própria população e sem a luta do proletariado, e assim combatem o imperialismo provocando a sua emancipação da ordem mundial capitalista e do comando estadunidense.

Ademais, o Juche é símbolo de independência. Devido ao imperialismo japonês, a revolução coreana passou por diversas dificuldades ao longo de sua história. Naquela época, os movimentos comunistas norte coreanos tinham grande tendência ao servilismo, quando uma nação se apoia em forças estrangeiras ao invés de organizar seu povo e realizar a revolução pela força de sua própria base. Por conta desse ideal de servilismo, a Coreia foi deixada às ruínas e, por isso, criaram uma aversão a essa dependência internacional.

Como citado anteriormente, existe uma forte relação entre essa filosofia e o antropocentrismo. É revolucionário pois o homem é dono do mundo e decide tudo. Outros conceitos são readaptados pelo fato do homem ser o centro do mundo. A natureza passa a ser objeto de trabalho e fonte de material e subsistência do homem, e a sociedade é a coletividade que este vive. Portanto, o ser humano não obedece totalmente ao meio ambiente e suas condições, acreditam que, com práticas independentes, é possível transformá-lo do modo que quiser para que assim, os ofereça cada vez mais benefícios.

Figura 4: Propaganda norte-coreana com líder Kim Il Sung



Fonte: Infocoreia, 2011



"A filosofia Juche é uma doutrina original que está desenvolvida e sistematizada por seus próprios princípios. Seu mérito histórico, no progresso das ideias filosóficas, não está em ter desenvolvido o progresso de ideias filosóficas, nem está em haver desenvolvido a dialética materialista marxista, mas sim em ter definido novos princípios filosóficos centrados no homem." (Kim Jong Il no texto A Filosofia Juche é uma filosofia original revolucionária).

5.6 Totalitarismo

Segundo Hannah Arendt, o Totalitarismo é uma forma de domínio radical, não apenas no âmbito político, mas também no âmbito pessoal e privado. No totalitarismo, não basta apenas não se opor ao governo, mas é preciso ser a favor desse. É entendido como uma transformação na natureza humana, tornando o homem estranho até as coisas que sempre foram comuns a ele. Portanto, a ideologia do totalitarismo é a ideologia pautada no terror que pretende explicar de maneira absoluta e de maneira total, o curso da história.

Muito confundido com o autoritarismo, que também é um governo antidemocrático e ditatorial, o totalitarismo alivia o homem do peso da responsabilidade, concedendo pouca liberdade de expressão própria. Essa é a primeira grande diferença evidenciada por Ebenstein em 1962. Outras diferenças são o tipo de ideologia, dominação e ameaça do governo sob a população.

Em resumo, as principais características do totalitarismo são: a) ideologia que move todas as atividades, tanto da sociedade, quanto do governo; b) um único partido, normalmente dirigido por um líder carismático, cultuado e venerado; c) sistema baseado no terror em todas as esferas possíveis, tanto públicas quanto privadas.

5.7 Socialismo e Comunismo

A ideia do comunismo é muito antiga, retomando até pensamentos de Platão na filosofia ateniense, e é baseada na visão do homem livre da propriedade privada dentro de uma sociedade comunitária. Quando pensamos em comunismo, imediatamente nos vem a imagem de Marx, Engels e o *Manifesto Comunista*. Os dois pensadores, críticos ferrenhos do sistema capitalista burguês, vieram com uma alternativa para que a classe trabalhadora, o proletariado, deixe de vender sua força de trabalho por capital e parem de serem explorados por aqueles que detêm os bens de produção, ou seja, os burgueses.

Baseado na luta de classes, o socialismo é a fase de transição para o comunismo, que nunca foi aplicado na prática na história do mundo. O



socialismo é definido pelas seguintes características: a) direito limitado à propriedade; b) recursos econômicos principais sob controle daqueles que os produzem, ou seja, os trabalhadores; c) intervenção dos poderes públicos para a manutenção da igualdade social.

Já o comunismo seria a etapa final da mudança no modo de produção. Uma sociedade sem classes sociais, sem propriedade privada, com equilíbrio territorial e a abolição do Estado. Esses são os princípios de Marx e Engels que nunca foram aplicados de fato em nosso mundo, temos alguns países nos dias atuais que tentam ir contra a nova ordem mundial e tem seu modo produtivo baseado no socialismo.

5.8 Tigres Asiáticos

Os países chamados de Tigres Asiáticos são aqueles que tiveram um crescimento econômico e industrial, acompanhado de progressos na esfera social, num período pouco esperado, na década de 60, e em um curto período de tempo. Os países que possuem tal nome relacionado são: Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan.

Figura 5: Mapa dos Tigres Asiáticos



Com o auxílio a partir de investimento estrangeiro, principalmente do Japão, esses países tiveram seu desenvolvimento acelerado com foco em manufaturas de alta tecnologia e exportação. A abertura ao comércio internacional e a integração na economia global impulsionam a geração de emprego e renda, elevando o padrão de vida das populações.

Fonte: Descomplica, 2019

O investimento no Capital Humano qualificado e produtivo apoiado no investimento em educação também foi preliminar para a ascensão dessas nações tão inesperadamente. Possuir uma força de trabalho capacitada foi um grande diferencial na época.

Ademais, os governos autoritários da época facilitaram a implementação de políticas de desenvolvimento e mobilização de recursos. Esses governos tinham como principal característica o controle estatal



possibilitando a mobilização de recursos para investimentos em infraestrutura, educação e desenvolvimento industrial. Entretanto, houve diversas violações dos direitos humanos nessa mesma época e falta de participação popular nas tomadas de decisão.

Portanto, a história dos Tigres Asiáticos foi extremamente importante para o desenvolvimento do continente asiático e foi o início do estabelecimento de relações bilaterais entre os Estados Unidos e esses países. Foi nesse momento histórico em que os EUA e a Coreia do Sul estreitaram laços e se tornaram o que são hoje, aliados do cenário geopolítico.

6. HISTÓRICO DO TEMA

6.1 Guerra da Coreia

O confronto conhecido como Guerra da Coreia ocorreu de 1950 a 1953, tendo seu início por conta de uma invasão da Coreia do Norte ao sul com apoio político e logístico soviético e chinês. Esse evento marcou um dos primeiros episódios significativos da divisão global durante a Guerra Fria e continua impactando as tomadas de decisões na região da península.

Durante os anos em que se estendeu, o conflito causou a morte de mais de dois milhões e meio de pessoas, com a participação direta de militares da Coreia do Norte, Coreia do Sul, China, Estados Unidos, além de um número menor de soldados da União Soviética. O término do confronto não alterou significativamente as fronteiras, perpetuando a divisão e a tensão entre as Coreias.

A origem da Guerra da Coreia remonta à partilha forçada da península coreana entre os Estados Unidos e a União Soviética, estabelecida na Conferência de Potsdam em julho de 1945. Para compreender plenamente as raízes dessa divisão em 1945, é crucial revisitar certos aspectos da trajetória da Coreia durante o século XX.

Desde o início desse século, a Coreia enfrentava intervenções externas significativas, destacando-se a anexação do território pela Japão em 1910, mediante um tratado que não só incorporava a Coreia ao império japonês como também favoreceu a migração de japoneses para a região, levando à apropriação de terras agrícolas coreanas e à exploração da mão de obra local. Sob o domínio japonês, particularmente nos anos 1930, a Coreia experimentou uma ocupação brutal, marcada por episódios frequentes de violência, incluindo agressões sexuais contra mulheres coreanas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, muitos coreanos se aliaram aos esforços dos Estados Unidos para combater os ocupantes japoneses. Contudo, é crucial notar que também existiu um segmento da população coreana que colaborou com os japoneses, incluindo aqueles que se alistaram no exército japonês. E, com a derrota do Japão em agosto de 1945,



o norte da Coreia já estava sob controle das forças soviéticas, que haviam avançado sobre os japoneses na Manchúria. Nesse cenário, a península coreana foi dividida entre soviéticos e americanos, com cada potência estabelecendo e apoiando regimes políticos que refletiam suas próprias ideologias e interesses na região

Seguindo a cisão da Península Coreana, foram instituídos dois governos distintos: um regime comunista sob a liderança de Kim Il-sung no Norte e, no Sul, um governo de inclinação capitalista comandado por Syngman Rhee. A presença militar soviética e americana na península cessou nos anos de 1948 e 1949, respectivamente.

Figura 6: Divisão das Coreias



Fonte: Brasil Escola

O estreito relacionamento entre a Coreia do Norte e a União Soviética resultou em substancial apoio econômico e militar para o Norte, incentivando o desejo de Kim Il-sung de unificar a península sob sua liderança. Com esse objetivo em mente, ele procurou o respaldo soviético para planejar a invasão ao Sul.

Inicialmente, Stalin, o líder soviético, hesitava em apoiar tal invasão, temendo um confronto direto com os Estados Unidos, um risco inerente a essa ação. Entretanto, os eventos da Revolução Chinesa e a possibilidade de a China superar a influência soviética na Ásia levaram a União Soviética a reconsiderar. O suporte soviético à Coreia do Norte focou-se, então, mais em assistência logística e suprimentos do que em envolvimento militar direto.

Sob pressão soviética, a China contribuiu com milhares de seus soldados, que haviam participado e triunfado na Guerra Civil Chinesa de



1949. Curiosamente, esses soldados, embora chineses, possuíam ascendência coreana e reforçaram as forças armadas do Norte.

O conflito teve início em 25 de junho de 1950, com a invasão norte-coreana ao Sul, provocando uma reação internacional. Em 27 de junho de 1950, a ONU denunciou a invasão, autorizando a formação de uma coalizão internacional para intervir em defesa do Sul, uma medida estabelecida pela Resolução 83 do Conselho de Segurança de 1950

O conflito na Coreia, desencadeado pela incursão do Norte sobre o Sul, se desdobrou em três etapas marcantes. Inicialmente, de junho a setembro de 1950, o avanço militar do Norte, superior em equipamentos e força, quase resultou na captura total da península, confinando as forças do Sul ao enclave de Pusan.

Em um segundo momento, que vai de setembro a outubro do mesmo ano, observou-se uma reviravolta com o reforço maciço do contingente americano ao lado sul-coreano. O ponto de virada dessa fase foi a eficaz defesa do Perímetro de Pusan, seguida pela recaptura de territórios sul-coreanos, impulsionada significativamente pelo desembarque em Inchon realizado pelas forças americanas.

Tal armistício deveria ter sido temporário até que as partes chegassem a um acordo de paz formal, porém isso nunca aconteceu e diversos problemas ficaram sem solução. Como justificativa para nunca ter havido uma resolução formal e pacífica foi que o cessar-fogo não reconheceu as duas Coreias como Estados soberanos separados. Por isso, os dois lados continuam reivindicando todo o território da península como sua jurisdição. O acordo também se absteve das disputas territoriais que possuíam teor extremamente tenso devido às águas da fronteira ao Mar Amarelo.

Outro fator que não pode ser ignorado foi a falta de interesse completa que as duas principais potências estratégicas envolvidas no conflito tiveram para essa resolução, por motivos estratégicos e de segurança. De tal maneira que, atualmente, os EUA mantêm mais de 28 mil soldados na Coreia do Sul, o que é fundamental para dissuadir a Coreia do Norte e, acima de tudo, garantir a presença militar americana na Ásia oriental, frente à China e à Rússia. Caso seja assinado um tratado de paz definitivo, poderá causar a retirada ou redução das tropas americanas da parte austral da península.

6.2 Investimento em armamento atômico

O investimento em armamento atômico, ao longo das últimas décadas, tem sido uma questão central no âmbito da geopolítica, refletindo não apenas a busca por segurança nacional, mas também o desejo de poder e influência no cenário internacional. Desde o advento do desenvolvimento de armas nucleares, durante a Segunda Guerra Mundial, as principais potências mundiais perceberam a capacidade destrutiva



incomparável desse recurso, o que sucedeu uma corrida armamentista nuclear durante a Guerra Fria. Essa disputa foi marcada por um acúmulo sem precedentes de arsenais nucleares por parte dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, cada um buscando garantir uma posição de superioridade ou, ao menos, de paridade estratégica.

Após o término da Guerra Fria, o foco mudou para a não proliferação e a redução de armas nucleares, culminando em vários tratados de desarmamento e acordos de controle de armas. No entanto, o investimento em armamento atômico não cessou completamente. Países que já possuem armas nucleares continuam a modernizar seus arsenais, justificando esses esforços como necessários para manter a segurança nacional frente a novas ameaças e garantir que suas armas permaneçam confiáveis e eficazes. Além disso, a proliferação nuclear, com nações como a Coreia do Norte avançando em seus programas de armas nucleares, forçou outros países a reconsiderar suas próprias capacidades de defesa e dissuasão.

Os investimentos contemporâneos em armamento atômico não se limitam apenas à manutenção dos arsenais existentes, mas também ao desenvolvimento de novas tecnologias, como mísseis hipersônicos, sistemas de entrega mais precisos e confiáveis, e até mesmo conceitos emergentes como a guerra cibernética nuclear. Tais desenvolvimentos levantam preocupações sobre uma nova corrida armamentista nuclear e desafiam os esforços globais de desarmamento. Além disso, o custo econômico do desenvolvimento, manutenção e modernização de arsenais nucleares é astronômico, levando a questionamentos sobre a alocação de recursos em um mundo confrontado com desafios globais prementes, como mudanças climáticas, pobreza e doenças.

O investimento em armamento atômico, portanto, permanece um tópico controverso, equilibrando-se na linha tênue entre a busca por segurança máxima e o risco de catástrofe humanitária. A discussão global continua, com apelos à razão e à humanidade para evitar uma escalada nuclear e, em vez disso, redirecionar esforços para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável. Isso é mostrado pelo último censo da Campanha Internacional para Abolir as Armas Nucleares (Ican), que indica o valor de 82,9 bilhões gastos no ano de 2022, investido em ogivas nucleares sendo liderado com maior gasto os Estados Unidos da América, seguido consecutivamente por China, Rússia, Reino Unido, França, Índia, Israel, Paquistão e Coreia do Norte.



6.3 Programa nuclear na Coreia do Norte

Figura 7: Líder nortecoreano aparece ao lado de uma bomba nuclear



Fonte: Reuters/KCNA, 2017

O programa nuclear da Coreia do Norte, iniciado sob a égide de obter capacidade para fins energéticos com a assistência da União Soviética no final dos anos 1950, gradualmente transmutou em uma ambição mais sinistra para desenvolver armas nucleares. A adesão do país ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) em 1985 não se traduziu em conformidade transparente, marcando o início de um longo embate com a comunidade internacional sobre suas atividades nucleares. Nos anos 90, a crescente suspeita em torno do programa nuclear norte-coreano culminou em uma crise que quase levou a uma confrontação militar com os Estados Unidos, até que o Acordo-Quadro de 1994 prometeu reatores de água leve em troca da desativação do programa de plutônio da Coreia do Norte.

Apesar dos esforços diplomáticos, a desconfiança persistiu e, em 2002, as tensões ressurgiram sobre alegações de um programa secreto de enriquecimento de urânio por parte da Coreia do Norte, levando ao colapso do Acordo-Quadro. A partir de 2006, a Coreia do Norte realizou uma série de testes nucleares e lançamentos de mísseis balísticos, desafiando abertamente as resoluções do Conselho de Segurança da ONU e provocando a imposição de sanções internacionais. A comunidade internacional, liderada pelos Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e China, tentou várias vezes negociar a desistência da Coreia do Norte de suas ambições nucleares através das Conversas de Seis Partes, mas essas tentativas raramente resultaram em compromissos duradouros.



6.4 Crise dos mísseis de Cuba

No dia 10 de outubro de 1962, aeronaves de reconhecimento dos Estados Unidos estavam em missão sobre Cuba quando descobriram construções significativas em uma área remota da ilha. Continuando a vigilância, em 14 de outubro, capturaram imagens revelando a instalação de numerosos mísseis no território cubano.

Os analistas de inteligência dos EUA determinaram que esses mísseis tinham um alcance de 1600 km, colocando a costa leste americana em risco iminente. Além disso, foi revelado que os mísseis estavam sendo transportados para Cuba por navios soviéticos. As fotos também mostraram a presença de bombardeiros soviéticos em Cuba, capazes de portar armas nucleares.

O presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, foi alertado sobre esta situação crítica em 16 de outubro de 1962, precipitando uma reunião de emergência. Kennedy recebeu aconselhamento contra a ação direta militar em Cuba, por conta do alto risco de provocar um conflito nuclear com a União Soviética.

Como resposta, Kennedy optou por implementar um bloqueio naval, referido como "quarentena", em volta de Cuba. Essa decisão estratégica foi finalizada e comunicada ao público americano em 22 de outubro, detalhando que qualquer navio soviético em rota para Cuba seria inspecionado pelas forças dos EUA; navios sem armas seriam liberados, enquanto aqueles carregando mísseis ou materiais para as bases seriam barrados.

Os EUA deixaram claro que estavam prontos para tomar medidas contra qualquer embarcação soviética que tentasse violar o bloqueio, enquanto Moscou viu a ação como um ataque à soberania cubana. O bloqueio entrou em vigor em 24 de outubro, levando navios soviéticos armados a evitar Cuba e assim reduzindo a tensão.

O ápice da crise ocorreu em 27 de outubro, quando um avião americano, que fotografava o território cubano, foi derrubado, resultando na morte do piloto. Esse incidente elevou significativamente as tensões globais, aumentando os temores de uma possível guerra nuclear.

6.5 Histórico de sanções contra Coreia do Norte

As sanções contra a Coreia do Norte têm sido um instrumento central na estratégia internacional para tentar limitar o desenvolvimento de seus programas de armas nucleares e mísseis balísticos, bem como para responder às suas violações de direitos humanos. Iniciadas principalmente após o primeiro teste nuclear do país em 2006, as sanções foram ampliadas e reforçadas ao longo dos anos por meio de várias resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Essas sanções visam restringir o acesso da Coreia do Norte a recursos financeiros e materiais necessários para seus programas militares e de armas, bem como pressionar o regime a retornar às negociações sobre seu desarmamento nuclear.



Além das sanções multilaterais impostas pela ONU, a Coreia do Norte também enfrenta sanções unilaterais rigorosas de países individuais, com os Estados Unidos sendo um dos mais proeminentes. As sanções americanas contra a Coreia do Norte são abrangentes, atingindo empresas, indivíduos e setores econômicos que são vistos como apoiando as políticas governamentais norte-coreanas, especialmente aquelas relacionadas a seus programas de armas de destruição em massa e mísseis balísticos. Essas sanções visam cortar as fontes de financiamento do regime, restringindo sua capacidade de importar e exportar bens, além de limitar seu acesso ao sistema financeiro internacional.

A União Europeia também tem suas próprias sanções contra a Coreia do Norte, que se alinham em grande parte com as resoluções da ONU, mas também incluem as sanções a 57 pessoas e 9 entidades que se relacionam com o programa de desenvolvimento nuclear da Coreia. Estas sanções europeias complementam o regime global de sanções, adicionando mais pressão sobre o regime norte-coreano.

Apesar da intensidade e abrangência das sanções, a eficácia dessas medidas tem sido questionada. A Coreia do Norte tem demonstrado notável resiliência e capacidade de contornar as sanções, usando métodos ilícitos como redes de contrabando, ciberataques para roubar fundos, e a exploração de lacunas legais em jurisdições internacionais. Além disso, a situação humanitária no país também suscita preocupações, com relatos indicando que as sanções podem estar afetando a população civil mais do que o regime autoritário. A complexidade do impacto das sanções sobre a Coreia do Norte continua a ser um tema de debate internacional, destacando o desafio de equilibrar a pressão política e econômica com as necessidades humanitárias e o objetivo de uma resolução pacífica para a questão nuclear na península coreana.

6.5.1 Cronologia das Sanções contra a Coreia do Norte

Década de 1950: As primeiras sanções foram impostas pelos EUA durante a Guerra da Coreia.

Década de 1980: Novas sanções foram impostas após os atentados bombistas internacionais realizados por agentes norte-coreanos.

Década de 1990: As sanções foram amenizadas durante um período de diálogo entre a RPDC e os EUA.

2006: As sanções da ONU são impostas novamente após o primeiro teste nuclear da RPDC.

2009, 2013, 2016, 2017: Novas sanções são impostas após cada novo teste nuclear da RPDC.



2018: Cúpula entre Kim Jong-un e Donald Trump. As sanções não são suspensas, mas há um breve período de distensão .

2019: Negociações entre a RPDC e os EUA fracassam. As sanções continuam em vigor.

2023: Com o aumento das tensões entre a RPDC e os EUA, há uma progressão de exercícios militares e manutenção das medidas coercitivas.

6.6 Sanções em sua aplicação

6.6.1 Sanções em Cuba

As sanções impostas a Cuba têm uma longa história que remonta à década de 1960, logo após a revolução cubana de 1959 que levou Fidel Castro ao poder. Os Estados Unidos impuseram um embargo comercial e econômico abrangente contra Cuba. O objetivo inicial das sanções era pressionar Cuba a se mover em direção à democratização e ao respeito pelos direitos humanos, após a expropriação de propriedades de cidadãos e empresas dos EUA na ilha sem compensação.

Com o tempo, o escopo e a natureza das sanções evoluíram. Durante a administração de Barack Obama(2009 a 2017), houve uma tentativa significativa de normalizar as relações entre os dois países, resultando em algumas restrições sendo relaxadas. Isso incluiu a facilitação de viagens e o envio de remessas para Cuba por americanos, bem como a reabertura de embaixadas nos respectivos países.

No entanto, a administração de Donald Trump (2017 a 2021) reverteu muitas dessas medidas de alívio, reforçando as sanções contra Cuba e incluindo restrições adicionais. Essas medidas visavam pressionar ainda mais o governo cubano devido ao seu apoio a Nicolás Maduro na Venezuela, bem como às preocupações contínuas sobre direitos humanos e falta de reformas democráticas.

As sanções atuais envolvem restrições severas à exportação e comércio, limitações nas viagens de americanos à Cuba, e restrições financeiras que dificultam a realização de transações financeiras entre os dois países. Além disso, empresas de outros países que fazem negócios com Cuba em certos setores também podem enfrentar penalidades dos EUA, o que complica ainda mais a situação econômica da ilha.

A questão das sanções contra Cuba continua a ser um tópico de debate internacional, com argumentos tanto a favor quanto contra sua eficácia e humanidade. Organizações internacionais e alguns países pedem o fim do embargo, argumentando que ele prejudica principalmente a população cubana, em vez de pressionar eficazmente o governo cubano a mudar suas políticas.



6.6.2 Sanções na Venezuela

As sanções na Venezuela têm sido implementadas por vários países e organizações internacionais, principalmente pelos Estados Unidos, União Europeia, Canadá, entre outros. Essas medidas foram introduzidas em resposta a diversas questões, incluindo alegações de violações dos direitos humanos, corrupção, erosão da democracia e o papel do governo na crise econômica e humanitária do país.

As sanções variam desde restrições econômicas e financeiras até embargos de armas. Os Estados Unidos, por exemplo, têm imposto sanções significativas contra o setor petrolífero venezuelano, que é a espinha dorsal da economia do país, além de congelar ativos de indivíduos e proibir transações com certas entidades venezuelanas. A União Europeia e outros países também adotaram medidas similares, visando a pressionar por mudanças políticas no país.

Essas sanções têm sido objeto de intenso debate. Críticos argumentam que elas exacerbam a crise humanitária, afetando diretamente a população venezuelana, enquanto os defensores alegam que são necessárias para promover a restauração da democracia e o respeito pelos direitos humanos.

7. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A situação entre as Coreias, desde sua divisão em 1948, esteve frequentemente tensa. Além disso, após a instauração da hegemonia capitalista com o declínio da União Soviética em 1991, as relações internacionais da Coreia do Norte se mantiveram turbulentas. Em contraponto, a Coreia do Sul passou a ter uma projeção internacional cada vez mais intensa com a ascensão dos chamados “Tigres Asiáticos” a partir da década de 70. Com isso, o país passou a dominar as tecnologias mais cobiçadas pelo mundo, cativando o interesse das maiores potências econômicas globais, dentre esses, os Estados Unidos da América. Portanto, por consequência da popularidade das inovações sul-coreanas, as relações da nação com o ocidente se estreitaram, enquanto a hostilidade entre as Coreias se potencializou.

Respeitando então o viés ideológico antropocentrismo voluntário que é disseminado no país, a preservação da independência política e integridade da soberania norte coreana são indispensáveis. Sendo assim, o país optou por fortalecer sua posição internacional a partir de investimento militar atômico, instaurando sua influência territorial por meio do controle da força. Ampliando essa percepção ao cenário mundial, a busca por controle militar, político e econômico é constantemente cobiçada pelos



governos em torno do globo. A intenção de ser autossuficiente e poder se projetar internacionalmente não é exclusividade para país algum.

Desde o final da Guerra Fria, após o declínio da URSS, com estabelecimento da nova ordem mundial, os Estados Unidos da América se encontram na posição cômoda de potência hegemônica. Para compreender essa constatação, é preciso ter em mente que, geopoliticamente, o conceito de poder é definido como a capacidade de um país de coagir os outros por meio de sua influência. É dessa forma que o gigante norte-americano faz a manutenção de seu regime, frequentemente alegado como imperialista, na contemporaneidade. Com o uso de estratégias de *"soft power"*, como a hegemonia midiática americana e instauração de multinacionais de *fast foods*, e de *"hard power"*, como a aplicação de sanções e intervenções militares, o poderio da nação se encontra preservado, e quando este é desafiado, ofensivas são aplicadas. É nesse cenário que as sanções podem se enquadrar, sendo um recurso alternativo ao uso da força para manter a constância de poder para seletos Estados.

A primeira sanção imposta sobre a Coreia do Norte, em relação aos armamentos nucleares, foi em 2006, pelo Conselho de Segurança da ONU, por meio da Resolução 1718, que, por unanimidade, foram aprovadas medidas militares e econômicas contra o país devido aos ensaios nucleares realizados naquele mesmo ano. Desse modo, ficou proibido qualquer tipo de abastecimento, de forma direta ou indireta, de tanques, veículos blindados, sistemas de artilharia, helicópteros, e barcos de guerra. Além do congelamentos de fundos e outros recursos econômicos no exterior do país asiático.

Desde então, com os inúmeros descumprimentos por parte da delegação norte-coreana às resoluções do Conselho de Segurança, houveram crescimentos exponenciais nas medidas internacionais contra essas afrontas. Países como Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e a União Europeia, demonstraram seus descontentamentos a partir de mais sanções e, hoje em dia, a Coreia do Norte conta com mais de 20 limitações aprovadas pelo Conselho de Segurança, sem contar com as individuais de cada país. Considerando esses fatos, é possível estimar que o número total ultrapasse de cem limitações já aplicadas em toda sua história.

Mais recentemente, em 2023, as sanções contra a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) tiveram como medidas os congelamentos de ativos de entidades e indivíduos envolvidos no programa nuclear e balístico, a proibição de exportações de carvão, ferro, têxteis e outros produtos, a redução do número de trabalhadores norte-coreanos em países asiáticos e a limitação de importações. Entretanto, mesmo com essas imposições, há países que quebram esses acordos internacionais com ações militares. Isso inclui receber treinamento militar ou estar envolvido na importação e exportação de equipamento bélico.



Figura 8: Yoon Suk Yeol e Joe Biden após reunião em Washington



Fonte: Reuters/G1, 2023

Em prol da manutenção da paz internacional, a Coreia do Norte é condenada por esses investimentos em armamento atômicos pelas principais potências do mundo. Os Estados Unidos, por exemplo, encara essa atitude como uma ameaça a sua soberania e acredita ser extremamente perigoso uma nação “instável” ser potência nuclear no cenário internacional. Países próximos, como Japão e Coreia do Sul, aliados dos EUA, já tiveram de lidar com mísseis norte-coreanos sobrevoando seu território e caindo no Oceano Pacífico, comprovando o potencial de longevidade de seus armamentos.

Ademais, existe uma preocupação em relação ao tamanho das bombas nucleares produzidas pelo governo de Kim Jong-un. Para pôr em perspectiva, de acordo com um estudo realizado na Universidade da Califórnia em Santa Cruz, o teste atômico realizado em 2017 foi estimado em 250 quilotons (medida de destruição de bombas nucleares - um quiloton equivale à explosão de 1000 toneladas de dinamite), enquanto a bomba de Hiroshima, que deixou cerca de 80 mil mortos imediatos, possui 16 quilotons.

Isso é uma preocupação no que tange à manutenção da paz, uma vez que a Coreia do Norte possui relacionamentos tensos com as outras potências mundiais atômicas. Carlos Umaña, grande referência costarrriquenha do movimento pelo desarmamento nuclear e ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1985, afirma que estamos vivendo o momento de maior risco da História de entrarmos em uma guerra nuclear de grande escala. Diz ainda que vivemos cotidianamente o que foi desastroso em 1962 com a crise dos mísseis em Cuba, utiliza como exemplo a guerra da Ucrânia



e aborda a “ansiedade nuclear” em que, a qualquer momento, a resposta à violência pode ser algo extremo.

Outrossim, o fato de países como a Coreia do Norte e o Irã terem cada vez mais capacidade de fabricar armas nucleares abala o sistema internacional assim como a Índia e o Paquistão abalaram nos anos 2000. Essa questão deriva do pensamento errôneo de fomento da hegemonia nuclear como doutrina de segurança para os países.

Contudo, apesar da preocupante ameaça acarretada pelo investimento bélico nuclear, até que ponto a aplicação de sanções cumpre o intuito de punir ou impedir essa atitude? Por ter um dos regimes mais centralizados e fechados do mundo, é difícil rastrear a origem do dinheiro que financia a Coreia do Norte e seu programa nuclear, mas pode-se afirmar que sua economia cresceu nos últimos anos. Além disso, apesar de sofrer com medidas coercitivas cada vez mais rigorosas desde 2006, o Estado asiático persistiu, aceleradamente, em seu programa de mísseis balísticos e armamento nuclear. De tal maneira, as pressões internacionais foram superadas e o verdadeiro propósito das restrições se encontra cada vez mais distante.

Por tal viés, é então de suma importância retratar o que as sanções resultam na prática, tanto na península norte-coreana quanto em outras nações alvos da tal atitude. Se formos analisar os fatos, essa ferramenta restritiva potencializou crises econômicas e humanitárias, sem cumprir de maneira eficaz seus propósitos.

Na República Popular Democrática da Coreia (RPDC), se enfrenta uma crise econômica e alimentar crítica, em que o país lida com o agravamento da escassez crônica de alimentos. A imprensa estatal também noticiou que no fim de 2021 a região estava passando por sua segunda pior seca já registrada e como consequência, os preços de alimentos subiram nos anos seguintes. A Coreia do Norte é classificada como um dos países mais pobres do mundo, uma publicação do CIA World Factbook projeta que o PIB per capita era de cerca de US\$ 1.700 em 2015, mas com o maior rigor nas fronteiras impostos desde a pandemia da Covid-19, estimativas recentes são escassas. Apesar da piora na situação do Estado, o regime concentrou seus recursos na capacidade bélica e na propaganda, com altos custos sociais.



Figura 9: Lançadores de mísseis norte-coreanos apresentados em fevereiro



Fonte: Reuters, 2022

Sendo assim, os assuntos abordados pelo Conselho Social e Econômico das Nações Unidas sempre estão atrelados tanto de maneira econômica quanto de maneira humanitária na comunidade internacional. O comitê entende a importância de ambos aspectos em conjunto, para que se caminhe em direção de sociedades mais sustentáveis e democráticas. Logo, tenham em mente os seguintes questionamentos:

- Até que ponto o sistema de sanções é efetivo?
- Quem realmente é afetado pelas penalidades?
- O contexto na qual essas sanções estão sendo aplicadas são verdadeiramente justificáveis?

É a partir desses atravessamentos do cenário internacional que almejamos que os senhores delegados reflitam e tentem, diplomaticamente, alcançar metas de resolução. Ponderem sobre quais são as nações que impõem sanções e quais os genuinamente prejudicados por essas medidas. Além disso, percebam todas as delegações presentes nos debates, ampliem seus horizontes para seus posicionamentos socioeconômicos e as sequelas para os sancionados.



8. POSICIONAMENTO DO JORNAL

8.1 THE WASHINGTON POST

O Washington Post considera pertinente as sanções aplicadas à Coreia do Norte pelos Estados Unidos e tece diversas críticas ao sistema de governo do país asiático, sobretudo a censura imposta aos veículos de imprensa internacionais; incluindo o Washington Post.

O The Washington Post é um jornal estadunidense, com sede em Washington DC, capital dos Estados Unidos. É um dos maiores jornais do país norte-americano e um dos mais tradicionais desde a sua criação em 1877. Seu foco é cobrir temas relacionados à política nacional e internacional. O jornal também possui diversas colunas de opinião, em que são possíveis de encontrar artigos e charges sobre os mais variados temas.

Seu posicionamento é em defesa da democracia e possui um viés liberal, dentro dos moldes ocidentais. O proprietário do jornal é o bilionário estadunidense Jeff Bezos, também dono da Amazon. O The Washington Post não recebe qualquer patrocínio do governo estadunidense e defende a liberdade para o fazer jornalístico. Em suas charges e tirinhas é possível encontrar produções com críticas à diversas nações, em sua maioria àquelas que vivem sob regimes ditatoriais.

Figura 10: Crítica ao Hamas e a prática de escudos humanos com mulheres e crianças por parte do grupo.



“Como Israel ousa em atacar civis...”



8.2 SPUTNIK

O Sputnik compreende que as sanções sofridas pela Coreia do Norte violam os direitos humanos dos norte-coreanos e todos aqueles que não apoiam a postura de autoritarismo dos Estados Unidos perante a política internacional.

O jornal Sputnik é uma agência de notícias lançada pelo governo russo, operada pela empresa estatal Rossiya Segodnya, sendo um jornal de cobertura internacional, possuindo filiais em diversos países como por exemplo, o Sputnik Brasil no território brasileiro que faz a cobertura da política nacional.

O Sputnik cobre notícias políticas e econômicas globais direcionadas a um público internacional. Os serviços trabalham em mais de 30 idiomas e em mais de 34 países, atingindo um número total de visitantes ao website de mais de 54 milhões de pessoas ao redor do globo, se estabelecendo como uma grande mídia internacional

O posicionamento do jornal é forte e preciso, sendo geralmente visto como tendo uma inclinação pró-governo russo, refletindo em grande parte as perspectivas do governo. Como consequência dessa inclinação, por vezes suas matérias exibem conteúdo com visão favorável das ações e políticas da Rússia, com, por vezes, adotando certa criticidade em relação aos países ocidentais.

O Sputnik é alvo de ataques por parte do Ocidente por ser considerado por alguns uma ferramenta de governo russo para propaganda no exterior e por ser um jornal considerado "anti-ocidental". Para exemplificar a dualidade russo-americana é interessante comentar que em 2017 a rede norte-americana Twitter, hoje conhecida como "X", bloqueou anúncios publicitários na conta de comunicação do Sputnik devido a suspeitas de uma possível interferência na eleição do país americano.

Figura 11: A página de erros do Sputnik Brasil exemplifica bem o posicionamento anti-ocidental do jornal controlado pela estatal russa:





Figura 12: Charge que exemplifica críticas à OTAN
(A Organização do Tratado do Atlântico Norte):





9. POSICIONAMENTO DA ONU

A Organização das Nações Unidas reconhece que as sanções são ferramentas a fim de preservar a estabilidade nos relacionamentos internacionais e de manutenção da paz. Dessa maneira, estas possuem uma relevância importante quando se trata da punição de países que descumprem tratados multilaterais. Contudo, a organização demonstra preocupações referentes às consequências humanitárias que vêm atreladas aos efeitos desse artifício na sociedade.

Quanto ao aspecto de desnuclearização da Coreia do Norte, a ONU entende, para que haja o controle de tensões globais, como imprescindível a suspensão de testes atômicos na região. Em 2023, por exemplo, a instituição foi responsável por novas imposições de sanções em resposta ao sétimo teste nuclear por parte da nação norte-coreana e reprovou veementemente os lançamentos de mísseis balísticos que afrontam as resoluções mandatórias do Conselho de Segurança.

Entretanto, o órgão ainda se apresenta de maneira firme quanto à preservação efetiva dos direitos humanos, mesmo em países sancionados. Com isso em mente, no ano anterior, 2022, um pedido oficial foi realizado, como um apelo, para que a comunidade internacional fornecesse ajuda humanitária à Coreia do Norte. Isso foi feito logo após emitir um alerta informando uma grave crise alimentar no país. De tal maneira, a ONU divide opiniões em relação à quantidade de sanções aplicadas, demonstrando hesitações no que se refere a seus êxitos. Portanto, como forma pacífica de solucionar essas tensões, anseia-se que uma resolução diplomática seja estabelecida entre os impositores das sanções e a República Popular Democrática da Coreia.

Em suma, a ONU se posiciona veementemente em desacordo com a contínua pesquisa em armamento nuclear, não só por parte da Coreia do Norte. O órgão se opõe a qualquer atitude que envolva a persistência na busca por aperfeiçoamento de ferramentas proibidas pela comunidade internacional. Além disso, se apresenta preocupada com a população civil que é vítima das consequências de decisões governamentais que não são de sua responsabilidade.



10. PANORAMA DOS PAÍSES MEMBROS

10.1 República da África do Sul

Assim como na maior parte dos conflitos internacionais, a África do Sul possui um posicionamento bastante único quanto às sanções impostas à Coreia do Norte. O país possui uma relação política cordial com a potência asiática, assim como as demais nações do continente africano, já que a RPDC deu proveu suporte contra o colonialismo e apartheid sofridos.

Todavia, o governo sul-africano foi um dos primeiros países no cenário global a condenar a proliferação de armamento atômico, não se abstendo de censurar Pyongyang por seu programa nuclear. Dessa maneira, a relação econômica entre os Estados é estritamente limitada devido às sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Além disso, a África do Sul possui relações diplomáticas tanto com os países do sul global quanto com as autoridades ocidentais. Nesse sentido, aparece como um clássico mediador, que mantém seu posicionamento nacional firme e não manipulado por tendências imperialistas.

10.2 República Federal da Alemanha

Como a maior economia da União Europeia, a Alemanha possui grande poder acerca das sanções do bloco econômico aplicadas contra a República Democrática da Coreia. Nesse sentido é um grande contribuinte para a situação internacional do país asiático, sendo terminalmente contra o investimento no programa atômico com um histórico de restrições que só vem aumentando desde 2006.

Além disso, o Estado alemão está empenhado em encorajar a Coreia do Norte a abordar a situação de direitos humanos no país com a comunidade internacional. O país europeu não está envolvido na cooperação bilateral para o desenvolvimento norte coreano, mas fornece ajuda humanitária com base nas necessidades, embora tenha reduzido drasticamente o auxílio após as restrições na pandemia da Covid-19.

No âmbito econômico, o intercâmbio de mercadorias entre os países diminuiu constantemente nos últimos anos e agora está quase completamente paralisado. A migração de indivíduos de ambos também foi significativamente reduzida, juntamente com o trabalho cultural e educacional na Coreia do Norte, que está sujeito a limites rígidos devido à exigência de aprovação oficial para todas as atividades e à censura antecipada.

10.3 Comunidade da Austrália

Na visão australiana, a República Popular Democrática da Coreia é um estado ditatorial altamente centralizado, que mantém um dos maiores exércitos e dedica recursos significativos aos seus programas ilícitos de armas nucleares e mísseis balísticos. Além disso, esses programas são considerados uma séria ameaça à paz e segurança internacionais, sendo



um grande desafio aos objetivos globais de não proliferação dessa tecnologia.

Logo, a Austrália trabalha em estreita colaboração com os Estados Unidos, a Coreia do Sul, o Japão e outros parceiros com ideias semelhantes para apoiar a desnuclearização completa, verificável e irreversível da RPDC, conforme exigido pelas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Além disso, o Estado está empenhado em aplicar rigorosamente todas as sanções do CSNU contra a RPDC, também complementando com medidas restritivas autônomas. Apenas relações diplomáticas limitadas são mantidas devido às sérias preocupações do país na Oceania sobre os programas de armas de destruição maciça norte-coreanos, o que também encerrou o limitado programa de ajuda bilateral que existia.

10.4 República Federativa do Brasil

As relações entre Brasil e Coreia do Norte se caracterizam por sua complexidade, marcadas por pontos de convergência e divergência em diversos âmbitos. O Estado brasileiro tradicionalmente se posiciona a favor da desnuclearização da Península Coreana e por uma resolução pacífica das tensões na região, todavia, gera controvérsias, ao receber críticas por não pressionar o país asiático a garantir os direitos humanos. Nesse sentido, é apontado que o Brasil não toma medidas efetivas para tal questão, focando apenas em desnuclearizar o país, sendo incoerente com sua postura em outros fóruns internacionais acerca de assegurar tais direitos.

Na esfera econômica, o comércio bilateral entre os países é relativamente modesto, já que as sanções econômicas impostas à Coreia do Norte pelas Nações Unidas representam um obstáculo significativo para o desenvolvimento do comércio bilateral. Isso, devido ao investimento atômico realizado pelo Estado oriental, um tema de grande preocupação para a comunidade internacional. Assim, apesar das diferenças políticas e ideológicas entre as nações, há a cooperação bilateral em áreas como saúde, educação e agricultura, decorrentes da grande apreensão quanto à vulnerabilidade social norte coreana.

10.5 Reino do Camboja

Com laços históricos que datam da década de 1950, as relações entre Camboja e Coreia do Norte se caracterizam por sua multiplicidade. A cooperação bilateral se estende por áreas como política, economia, militar e cultural, mas a natureza autoritária dos regimes de ambos os países gera críticas e preocupações quanto à situação dos direitos humanos.

Quando se trata de política e economia, o apoio mútuo marca suas relações diplomáticas, na qual o Reino do Camboja frequentemente se abstém de votar em resoluções da ONU que condenam Pyongyang. Além



disso, no âmbito militar, a Coreia do Norte fornece assistência, incluindo treinamento e equipamento.

Apesar do bom relacionamento, existem complicações quanto à questão do investimento em armamento nuclear, já que o Camboja se posiciona oficialmente contra sua proliferação e apoia o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Além disso, críticas e preocupações surgem em relação à cooperação com a Coreia do Norte devido à repressão política e às violações dos direitos humanos no país.

10.6 República Popular da China

Mesmo sendo um dos países permanentes do Conselho de Segurança, a República Popular da China é um dos países que mais sofre com sanções na geopolítica atual. Essas limitações são basicamente de teor econômico realizados principalmente pelos Estados Unidos que impedem, por exemplo, que suas empresas vendam seus chips mais avançados para a China, em uma tentativa de conter o desenvolvimento tecnológico do país. Essas limitações estadunidenses têm sido o principal impedimento para qualquer alívio às relações tensas entre os dois gigantes econômicos.

Como resposta a essas medidas duras, o governo chinês aprovou estatutos de bloqueio e leis anti sanções estrangeiras. Em 2020, o Ministério do Comércio da China publicou a “Lista de Entidades Não Confiáveis”, ou seja, aquelas empresas ou pessoas que, de alguma maneira, representam ameaças à segurança nacional ou aos interesses do desenvolvimento da China. Duas empresas aeroespaciais e de defesa dos Estados Unidos foram listadas como entidades não confiáveis, o que limita o comércio e/ou o investimento em tais instituições.

Ademais, regras aplicadas em 2021 tem como exigência que qualquer cidadão, empresa ou outra instituição chinesa que esteja restrita ou proibida pelas sanções dos EUA de se envolver em atividades econômicas normais com um terceiro país não sancionador informe essas questões às autoridades. Para que assim, sejam tomadas as devidas providências como restrições a vistos e a quem pode entrar e sair do país. Porém, essas imposições de sanções e contra-sanções podem dificultar os negócios com empresas estrangeiras em ambos os países.

No que tange às relações internacionais com a Coreia do Norte, a delegação chinesa tem se aproximado ainda mais de Pyongyang. Diante de uma complicada situação internacional, os países estreitaram laços e desenvolveram amizade e cooperação internacional. Como P5 no CSNU, Rússia e China vetam sanções mais rígidas à Coreia do Norte como forma de aliança política e para se oporem à hegemonia capitalista e estadunidense. Entretanto, em 2017, já foram a favor das sanções com o objetivo único e exclusivo de salvaguardar a paz e a estabilidade e para combater a nuclearização.



10.7 República Popular Democrática da Coreia

Como peça substancial para a existência desse debate, a Coreia do Norte é um Estado socialista autossuficiente e que muitas vezes é considerado um país totalitário stalinista por diversos analistas geopolíticos e por várias nações. No cenário internacional, sempre foi uma participação polêmica por possuir um regime fechado e ditatorial, representando uma ameaça à democracia neoliberal.

Com seus conceitos baseados na filosofia Juche, a RPDC, em prol de sua soberania nacional diversas vezes ameaçada pelo Ocidente, começou a se tornar potência nuclear nos anos 2000. Primeiramente, importaram, em 1976, mísseis balísticos de origem soviética (Scuds) e em menos de dez anos, em 1984, já estavam construindo sua própria versão do projétil. A política de construção de uma força nuclear na Coreia do Norte foi estabelecida de forma permanente, como lei. E a inclusão disso em sua Constituição autoriza o país a realizar ataques atômicos preventivos em caso de ameaça contra o regime.

Ademais, a Coreia do Sul e o Japão formarem uma aliança militar triangular com os Estados Unidos, é considerada pelo governo norte-coreano como uma ameaça real à sua soberania e, por isso, servem de motivação para um investimento ainda maior em armas nucleares para a garantia de sua sobrevivência. Portanto, nos últimos anos, a RPDC foi responsável por disparar mais de 23 mísseis no mesmo dia em 2022, aumentou suas forças armadas e seus investimentos nucleares e está, cada vez mais, sendo uma ameaça aos países ocidentais e seus aliados.

Já houve várias determinações, a partir de resoluções do Conselho de Segurança, para que a Coreia do Norte se desnuclearizasse. Pelos descumprimentos norte-coreano às ordens impostas, a ONU e alguns países membros (de forma unilateral) aplicaram inúmeras medidas coercitivas ao país, com isso, a crise humanitária já existente no país se agravou.

Hoje em dia, a Coreia do Norte vive a maior crise de insegurança alimentar desde a grande fome da década de 90. Com intensas secas e solos desfavoráveis, o país criou, indo contra sua própria ideologia, a dependência de bens importados para a alimentação de sua população. O período da pandemia foi de maior isolamento, o que agravou expressivamente a crise humanitária e as sanções também foram extremamente prejudiciais para a recuperação da comunidade norte-coreana.

10.8 República da Coreia

As relações entre a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia são conflituosas desde seu princípio, com a retirada do domínio japonês na região com o fim da Segunda Guerra Mundial e a ocupação por parte da URSS no norte e dos EUA ao sul. O antagonismo



ideológico no período de Guerra Fria, com disputas pela hegemonia entre as potências mencionadas constantes, uma invasão por parte da população ao norte em 1950 resultou numa guerra de três anos. Após o fim da chamada Guerra da Coreia o território foi formalmente dividido em dois Estados independentes e deveras inimigos. A situação continua assim até a atualidade, tendo enfrentado períodos de maior e menor tensão na península coreana, principalmente por que ambos Estados prezam pela unificação do território, em seus respectivos regimes, nas suas Constituições.

Todavia, a situação tem ficado progressivamente mais hostil, especialmente após o terceiro teste nuclear norte-coreano na história, o primeiro em tempos recentes, em 2013. Após isso, exercícios militares de mesmo cunho foram repetidos, deixando claro que o regime dos Kim saiu de uma posição defensiva e passou a representar ameaças à ordem mundial.

Do ponto de vista bélico e político, o início do século XXI foi marcado por uma série de testes nucleares e de mísseis pela Coreia do Norte, representando uma ameaça para as nações fronteiriças. Tais provocações norte-coreanas geraram sanções internacionais e intensificaram o clima de desconfiança na região. Vale lembrar que um tratado de não agressão foi acordado por parte de ambas Coreias, contudo, após não ser respeitado, esse foi rompido pelos dois governos. Os últimos tempos têm sido marcados por ofensivas utilizando de satélite espião, testes com mísseis balísticos internacionais, lançamento de foguetes em área de fronteira, entre outras ameaças.

Em meio a toda confusão entre os países, grande aliado da Coreia do Sul tem sido desde sempre, em todos os aspectos, os Estados Unidos. Quando se trata de economia, o Estado asiático é referência em comércio de tecnologia desde a ascensão dos Tigres Asiáticos, enquanto, no âmbito geopolítico, a península tem grande valor estratégico na herança da Guerra Fria em fazer a manutenção da hegemonia capitalista. Contudo, o que vem chamando mais atenção é a parceria militar entre as nações, em resposta a Pyongyang, que realizou entre 2022 e 2023 dezenas de testes com mísseis, recorde na sua história. O movimento aumentou a frequência dos exercícios dos EUA e Coreia do Sul, em um ciclo de retaliações que durou todo o ano de 2023. Subsequentemente, desde janeiro de 2024, Kim Jong-un ordenou que seu Exército se prepare para uma possível guerra, o que só aumentou a insegurança na região.

10.9 República de Cuba

Desde os anos 60, Cuba e Coreia do Norte possuem relações estreitas em todas as esferas, com uma constante harmonia intergovernamental. A colaboração recíproca, a coincidência entre as demandas internacionais, a invariável posição norte-coreana de apoio à Cuba e a condenação do bloqueio que os Estados Unidos mantêm à Ilha, constituem parte do histórico de dignidade e valor entre as duas nações. Nesse sentido, ambas



nações sofrem com as consequências do regime de sanções, sendo bastante contrárias a esse tipo de medida.

A ilha latina sofre com restrições unilaterais norte-americanas há mais de seis décadas, como medida desestabilizadora implantada já que Cuba não respeita a constância hegemônica do capitalismo em seu regime, socialista desde 1961. Sendo assim, possui duras críticas a essa postura e se encontra aliada a países de situação semelhante, como a própria Coreia do Norte, Venezuela e Nicarágua. O governo cubano denunciou um prejuízo acumulado, desde 1962, de US\$147,8 bilhões, que desencadeou uma grave crise econômica e sanitária, consequentemente, impactando significativamente na segurança alimentar e social da população.

Com isso, frequentemente aponta a hipocrisia da Casa Branca ao clamar por liberdade e pela integridade soberana, quando o faz excluindo os Estados do sul global, com o intuito de manter seu posto de potência mundial. Assim, pede pelo fim dos embargos e o retorno da diplomacia bilateral, que foi prometida e não efetivada, pois o atual governo americano, de Joe Biden, manteve as 243 medidas coercitivas impostas previamente e voltou a incluir a ilha socialista na lista de países que contribuem com o terrorismo. Acerca desse aspecto, a Organização das Nações Unidas (ONU) já votou 29 vezes a resolução que condena a sanção comercial e pede por sua suspensão imediata.

Sobre o aspecto nuclear, Cuba é favorável à universalização do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN), criticando a perigosa corrida armamentista nuclear. Nesse sentido, traz à tona a relação desigual de imposição do não desenvolvimento de armas atômicas para as nações que não a utilizaram antes de 1967, permitindo, coincidentemente, apenas as grandes potências de manusear este recurso. Também acredita que nada justifica a frequente ameaça contra a humanidade imposta pela existência desse tipo de belicismo.

Por fim, vale acrescentar a recente aproximação diplomática de Havana com Seoul. A ilha, desde o final da Guerra da Coreia, defende uma resolução e pacificação frente às tensões na península coreana.

10.10 Reino da Espanha

Espanha e Coreia do Norte mantinham relações políticas cordiais, apesar de o país europeu ser um aplicador de medidas coercitivas ao país asiático. Dessa forma, vale ressaltar o posicionamento espanhol contrário ao investimento em belicismo atômico, sendo a favor da desnuclearização do país. Todavia, em 2019, a situação se hostilizou, após uma invasão espanhola à embaixada norte-coreana no país, sendo classificado pelo regime socialista como uma grave violação da soberania e ataque terrorista.

Após o episódio, as tensões bilaterais se agravaram e Madrid entrou para a lista de países em que Pyongyang pretende encerrar as missões internacionais. Além disso, é importante salientar a presença política do reino espanhol na União Europeia e suas estreitas relações com os Estados Unidos.



10.11 Estados Unidos da América

A postura geopolítica estadunidense é pautada na manutenção de sua hegemonia mundial. Com guerras preventivas e medidas restritivas, os Estados Unidos sempre buscaram eliminar toda e qualquer ameaça a seus objetivos, o que, quando aplicado ao contexto da Guerra Fria, se mostrou eficiente. Desde então, as relações entre a nação estadunidense e a norte-coreana são marcadas pelo conflito de ideologias e interesses entre ambas.

Entretanto, com a entrada de Kim Jong Un no poder norte-coreano em 2012, o desenvolvimento de capacidade de dissuasão nuclear foi fomentado. Além disso, foi feita a maior quantidade de testes nucleares e mísseis balísticos na história da nação. Não somente isso, se realizou o primeiro teste de mísseis balísticos intercontinentais, com alcance para 15.000 quilômetros de capacidade de atacar com “precisão extrema”.

Nessa conjuntura, em 2018, foi realizada a primeira reunião entre um presidente dos EUA em exercício, Donald Trump, e um líder norte-coreano, Kim Jong Un, com discussões que prometiam sanar as tensões entre os Estados. A proposta de harmonia durou pouco, com discordâncias entre as demandas bilaterais e atualmente o impasse diplomático continua e as tensões aumentam. A Coreia do Norte aprimorou o desenvolvimento das suas capacidades de dissuasão militar, incluindo uma ampliação nos testes de armamentos de destruição em massa. Em resposta, os Estados Unidos e a Coreia do Sul concordaram em expandir a escala e o âmbito dos exercícios militares combinados e em redistribuir recursos estratégicos dos EUA para a Península Coreana.

Como resposta aos investimentos nucleares na península coreana e no esforço estadunidense para manter estável seu poderio hegemônico, inúmeras sanções unilaterais se encontram em vigor. Não somente por parte dos EUA, mas também por diversos aliados, a União Europeia e pelo Conselho de Segurança da ONU, restringindo desde as vendas norte-coreanas do setor têxtil, segunda maior fonte de exportações do país, até o envio de gás natural e petróleo para o país.

É importante ter em mente a referência em poderio nuclear que os Estados Unidos representa, sendo o segundo país com maior número de ogivas, estando atrás somente da Rússia, sendo que os dois países detêm 89,7% do armamento de destruição em massa do globo. Dados do relatório da Campanha Internacional para Abolir as Armas Nucleares (ICAN) mostram que, em 2022, o país que mais investiu em armamento nuclear foram os EUA, destinando US\$43,7 bilhões em ogivas atômicas. A potência norte-americana concentra em seu arsenal 5.500 ogivas, enquanto o inimigo socialista na Coreia detém 50 unidades do mesmo material bélico. É importante acentuar que os EUA são o único país que já fez uso de bombas atômicas, episódio que deu fim a Segunda Guerra Mundial, dizimando os territórios de Hiroshima e Nagasaki. Pensando na atual situação e se preparando para possibilidades futuras, com a inabalável posição de manutenção da hegemonia estadunidense, o Pentágono, departamento de defesa do país, externou que planeja criar uma arma 24 vezes mais poderosa do que a bomba lançada sobre Hiroshima. O B61-13



também seria aproximadamente 14 vezes mais potente do que a bomba lançada sobre Nagasaki, e é a maior aposta bélica do Estado no momento.

10.12 República Francesa

A França faz parte dos países que possuem permissão, de acordo com o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), para manter armamento atômico. Nesse sentido, mantém sua dissuasão, utilizando de seu poderio bélico permanente, flexível e suficiente para fazer a manutenção de seu posicionamento geoestratégico. Com isso, faz o uso do desenvolvimento deste material bélico para garantir sua segurança soberana e ser capaz de neutralizar a dissuasão de um país adversário, que procuraria impedir a intervenção em sua região. Não somente isso, reforça sua diplomacia independente e a cooperação para a proteção de aliados, já que a República Francesa faz parte da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

A força de perpetuação atômica francesa representa uma despesa de cerca de cinco mil milhões de euros todos os anos, ou um pouco mais de 20% dos créditos de equipamento de defesa. Sabe-se que o Estado possui um estoque de cerca de 300 armas no total, já que os números não são todos públicos, transportadas por mísseis disparados por submarinos e bombardeiros. Há quatro submarinos de mísseis balísticos nucleares (SSBNs) da força estratégica oceânica (FOST), equipados com dezesseis mísseis M51 transportando um número variável de ogivas nucleares.

Assim como os outros países membros da União Europeia, mantém embargos estritos contra a República Popular Democrática da Coreia (RPDC), com relações comerciais quase nulas. Os Estados não detêm nenhuma relação diplomática e as missões francesas na península asiática são essencialmente humanitárias e culturais.

10.13 República da Índia

A Índia é uma potência nuclear que enfrenta desafios semelhantes aos discutidos em relação à Coreia do Norte, embora em um contexto diferente. Enquanto a RPDC busca desenvolver seu programa nuclear para garantir sua segurança e soberania, a Índia tem uma política de dissuasão nuclear, justificada pela necessidade de autodefesa em um ambiente regional complexo, especialmente em relação ao seu rival histórico, o Paquistão.

A hegemonia capitalista tem impactado a Índia de várias maneiras, tanto positiva quanto negativamente. Por um lado, o país se beneficiou do comércio global e dos investimentos estrangeiros, especialmente no setor de tecnologia e serviços. No entanto, a concentração de poder econômico nas mãos de algumas grandes corporações têm exacerbado as desigualdades sociais e econômicas dentro do país, criando disparidades significativas entre ricos e pobres.

Quanto ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), o Estado é um caso único. Embora não seja signatária do TNP, a Índia assumiu um papel



ativo nas negociações internacionais sobre a não-proliferação nuclear. A Índia defende o acesso equitativo à tecnologia nuclear para fins pacíficos, enquanto mantém sua política de dissuasão nuclear. Isso levou a acordos nucleares bilaterais com países como os Estados Unidos, que permitiram à Índia acesso a tecnologia nuclear civil enquanto preservava sua capacidade militar.

O investimento atômico indiano está principalmente focado em seu programa de energia nuclear civil. A Índia está buscando diversificar suas fontes de energia para atender à crescente demanda interna de energia e reduzir sua dependência de combustíveis fósseis. No entanto, o programa nuclear indiano também enfrenta desafios, como questões de segurança, preocupações ambientais e oposição de comunidades locais afetadas pela construção de usinas nucleares.

10.14 República Islâmica do Irã

O Irã tem sido um ponto focal de debates internacionais devido ao seu programa nuclear e às sanções impostas por países ocidentais, semelhantes às enfrentadas pela Coreia do Norte. Enquanto a RPDC busca a capacidade nuclear como uma forma de afirmação de poder e segurança, o Irã argumenta que seu programa atômico é para fins pacíficos, como energia e medicina. No entanto, as potências ocidentais, lideradas pelos EUA, têm expressado preocupações sobre as intenções do Irã e o potencial de proliferação nuclear na região.

As sanções impostas ao Irã têm tido um impacto significativo em sua economia, semelhante ao que a Coreia do Norte enfrenta. A hegemonia capitalista exacerbou esses impactos, limitando as oportunidades de comércio e investimento para o Irã e enfraquecendo sua capacidade econômica. De tal forma, isso fica especialmente evidente nas restrições ao setor bancário e nas proibições de exportação de petróleo, um pilar da condição financeira iraniana.

Possuindo isso em mente, o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) é uma peça-chave neste cenário, tendo em vista seu intuito. O Irã, como é signatário, deveria cumprir com suas exigências, contudo, tem sido objeto de escrutínio por não o fazer. Objetivando sanar as tensões acerca de tais ações do país, negociações em torno do acordo nuclear de 2015, conhecido como Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA), visavam restringir as atividades nucleares do Irã em troca do alívio das sanções. No entanto, a retirada unilateral dos EUA do JCPOA em 2018 e a subsequente reativação das restrições minaram o acordo.

Portanto, o investimento atômico iraniano tem sido uma fonte de aflição entre a comunidade internacional. Enquanto o Irã sustenta que seu programa possui exclusivamente fins pacíficos, a coletividade global vem expressando preocupações sobre a ameaça que suas atitudes representam para a possível destruição em massa na região e além. Todavia, apesar do estrangulamento por meio das medidas coercitivas, o Estado teocrático



continuou a expandir suas capacidades, o que tem resultado em um impasse diplomático contínuo.

10.15 República Italiana

A República Italiana não produz e nem possui armas de caráter atômico, entretanto, faz parte da União Europeia, Aliança Atlântica e da OTAN. Sendo assim, detém relações próximas com países que fazem tal tipo de investimento, como França e Estados Unidos. Não apenas isso, existem duas bases militares italianas onde são colocados dispositivos nucleares americanos: Ghedi (Bs) e Aviano (Pn), em que são armazenadas cerca de 100 bombas atômicas.

Apesar de grande aliado estadunidense, as relações entre Roma e Pyongyang não são inamistosas. Os países passaram por variados momentos de convergência e divergência ao longo da história, porém, desde 2000 foi estabilizada a abertura de relações oficiais. As trocas entre a Itália e a Coreia do Norte não são nada más, mesmo que não possuam laços diplomáticos formais, as nações mantêm contatos comerciais, turísticos e de segurança confortáveis. Enquanto a RPDC fechou diversas embaixadas ao redor do globo, a sua sede italiana se manteve firme. Porém, não se pode esquecer que, como parte da União Europeia, sanções restritivas se encontram no meio dessa cordialidade.

10.16 Estado do Japão

Laços diplomáticos entre o Japão e a Coreia do Norte nunca foram formalmente estabelecidos, já que as relações entre os dois países são gravemente deterioradas, marcadas por tensão e hostilidade. Além do óbvio antagonismo entre os regimes das nações, já que o Japão é um aliado sul-coreano e estadunidense, algumas questões foram potencializando conflitos. Ataques da mídia norte-coreana ao Japão, a imposição de sanções econômicas pelo Japão por atos terroristas contra a Coreia do Sul na década de 1980 e dívidas norte-coreanas não pagas a empresas japonesas se encontram entre estas. Mas principalmente, desde 2017 a RPDC testou mísseis balísticos com capacidade nuclear em águas japonesas em duas ocasiões distintas, além de colocar em órbita um satélite espião, piorando drasticamente a situação.

Além disso, por ter sido o Estado que sofreu com duas bombas atômicas ao final da Segunda Guerra Mundial, o Japão é terminalmente contra esse tipo de recurso. O país tem sistematicamente evitado qualquer desejo de ter armas de destruição em massa, que são proibidos pela Constituição interna. Nesse sentido, é favorável à desnuclearização norte-coreana e faz parte dos países que aplicam sanções unilaterais a Pyongyang, em decorrência disso e para a garantia de sua segurança. As frequentes provocações e lançamentos da Coreia do Norte representam uma ameaça séria e urgente para a paz na região e segurança do Japão, que se encontra cada vez mais ameaçado não só pela RPDC, mas também pela expansão russa e poderio chinês.



10.17 República Democrática Popular do Laos

O Laos era um país neutro do sudeste asiático, desde sua independência da França em 1953, até ser impiedosamente atacado durante a guerra do Vietnã, se tornando a nação que mais recebeu bombardeios por habitante da história. Tais bombardeios foram realizados por parte dos Estados Unidos, o que resultou em um relacionamento hostil até a atualidade.

Além disso, Laos se estabelece desde 1975 como um Estado socialista, e está entre os aliados norte-coreanos no sudoeste do continente asiático. Quanto ao investimento em armas atômicas, a nação é signatária do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares.

10.18 República da Nicarágua

No último ano foi anunciado o estreitamento entre o relacionamento de Nicarágua e Coreia do Norte, com a troca de abertura de embaixadas tanto em Pyongyang quanto em Manágua. As nações pretendem, em reciprocidade, trabalhar juntas, a partir dessas representações, em políticas sociais, culturais, diplomáticas, fortalecer suas relações de décadas. A Nicarágua estabeleceu relações diplomáticas oficiais com Pyongyang logo após a tomada do poder pelos sandinistas em 1979, desde então, os dois governos defenderam a autodefesa nacional e a auto-suficiência econômica, mantendo-se ombro a ombro na sua oposição ao capitalismo neoliberal e ao militarismo norte-americano.

Nesse sentido, juntamente à Cuba e Venezuela, Nicarágua se estabelece como uma nação que foge do controle hegemônico imperialista estadunidense. Consequentemente, é alvo de embargos econômicos adotados pelos Estados Unidos, Canadá, Suíça e União Europeia contra altos funcionários públicos pertencentes ao governo vigente, responsabilizando a Nicarágua por ter violado os direitos humanos. Segundo as instituições das potências citadas, o governo nicaraguense é responsável por um regime ditatorial, já que reprime agressivamente sua oposição política, incluindo a retirada de cidadanias. Em resposta a isso, os EUA implementaram medidas restritivas contra instituições e indivíduos nicaraguenses, cujas propriedades no país ao norte estão bloqueadas e as transações econômicas e comerciais com eles ficam terminantemente proibidas.

Quanto ao quesito investimento em armamento de destruição em massa, Nicarágua engloba os signatários do Tratado Sobre Proibição de Armas Nucleares (TPAN). Entretanto, possui opiniões bastante contrárias a não proliferação do investimento nesse armamento, classificando como vital a detenção desse tipo de tecnologia para o mantimento da paz e do respeito internacional. Isso porque em 2022 o país permitiu a entrada de militares russos no país para treinamento militar e ajuda humanitária. Não satisfeito com essas declarações, o governo latino afirmou que todos os países deveriam ter sua própria bomba atômica para que possam ser respeitados na comunidade internacional. Também criticou que somente



alguns países podem ter esse recurso bélico, o que foi considerado injusto, antidemocrático e tirano.

10.19 República Islâmica do Paquistão

A República Islâmica do Paquistão é potência atômica desde 1996, e é vista por muitos especialistas como um risco para a comunidade internacional maior do que a Coreia do Norte. Nascida da divisão da Índia, o Paquistão foi um dos centros na guerra da Caxemira, um dos primeiros conflitos que se apropriou de ameaças referentes ao uso de armas nucleares na região. Ademais, a situação é um mais complexa na região por uma somatória de questões: tensões contínuas com países vizinhos, como a Índia, extremismo religioso, militarismo e contínuo desenvolvimento de tecnologia nuclear são extremamente perturbadores para os países opositores.

Para além disso, o Paquistão continua a priorizar o desenvolvimento e a implementação de novas armas nucleares como parte de sua postura de dissuasão de espectro total em relação à Índia. Estima-se que o Paquistão possuía entre 140 e 150 ogivas em janeiro de 2018 e este arsenal de armas nucleares do Paquistão está se expandindo significativamente desde essa data. Hoje em dia, é o sétimo país do mundo com mais armas nucleares.

Relacionando com a questão norte-coreana, um de seus maiores mentores do programa de armas nucleares foi o Paquistão. A troca de conhecimentos militares entre os dois países ganhou força a partir dos anos 90, quando a Coreia do Norte transferiu tecnologia para o Paquistão para iniciar rapidamente o desenvolvimento de seu programa de mísseis. E em resposta, os paquistaneses forneceram conhecimento para fabricação de armas nucleares à Coreia do Norte.

Indubitavelmente, a potência nuclear asiática sofre sanções internacionais por violar as resoluções do Conselho de Segurança que abominam veementemente qualquer pesquisa em armas nucleares. Mesmo que em menor grau que a Coreia do Norte, ainda há medidas restritivas para evitar que o Paquistão saia da ordem mundial esperada.

10.20 Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte

O Reino Unido é uma das potências responsáveis pela distribuição de sanções como ferramenta para manutenção da paz. Como fiel aliada da Coreia do Sul, o governo britânico possui acordos econômicos e militares com o país asiático e afirmou que os laços entre os dois “nunca estiveram tão fortes”. Pioneira da revolução industrial, a Grã-Bretanha tem interesse em se relacionar com potências de inovação e tecnologia como a sul-coreana.



Além disso, condena veementemente os testes de mísseis e de armas nucleares por Pyongyang, sendo favorável às sanções, assim como a União Europeia. Como uma das principais signatárias do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, entende que não deve ajudar outros Estados a obter ou produzir armas nucleares. O acordo considera que nações sem armas nucleares não irão adquiri-las, e que aquelas que as possuem vão buscar o desarmamento. Porém, por conta do atual cenário geopolítico, o governo britânico não se sente seguro em abrir mão de seu acervo bélico, uma vez que é o que capacita a manutenção da soberania territorial e a segurança da população do Reino Unido.

Ademais, suas relações com a Coreia do Norte não são tensionadas apenas pela insatisfação com seu programa nuclear, mas também há críticas acerca dos direitos humanos em território norte-coreano. Desprezam, portanto, a repressão da liberdade de expressão no país e a detenção arbitrária de cidadãos.

10.21 Federação Russa

A Rússia opera hoje o maior arsenal nuclear do mundo, seguida de perto pelos EUA. Juntas, as potências têm cerca de 90% das 12.500 ogivas do planeta, entre armas prontas para uso, em reserva ou aposentadas em estoques, segundo a referencial FAS. Nesse sentido, a inimiga histórica de Washington tem causado grande dor de cabeça no país, com incessantes investimentos em novas tecnologias de destruição em massa e espionagem. A situação somente se agrava desde 2022, quando as tropas russas ocuparam território ucraniano, resultando na maior guerra dos últimos tempos. A operação militar especial de Putin veio junto de severas ameaças do uso de armamento nuclear no território vizinho, isso caso a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) enviasse tropas para lutar contra a Rússia na guerra na Ucrânia.

Em resposta às atitudes russas, foram impostos inúmeras medidas coercitivas unilaterais contra o país, desde a banimento do sistema financeiro SWIFT e de eventos culturais e esportivos, além do fechamento das fronteiras com a Europa até a suspensão da certificação do gasoduto Nord Stream 2, o que tem deixado Moscou cada vez mais inquieta. A constante retaliação entre Rússia e as potências ocidentais, junto ao corte de fornecimento de gás natural russo e a redução da exportação de grãos da Ucrânia resultou em uma crise econômica global. Logo, o foco da Federação Russa no momento se encontra na anexação do território ucraniano e no investimento atômico para garantir sua defesa e estratégia de ameaças contra a OTAN.

No aspecto do investimento nuclear, a Rússia saiu oficialmente do tratado de 1996 que proíbe todos os testes com armas nucleares, embora nunca tenha entrado em vigor porque alguns países-chave, entre eles, Estados Unidos e China, nunca o ratificaram. O presidente assinou lei que revoga a ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares



pela Rússia de acordo com informação divulgada pela TASS, a agência oficial russa.

Com isso em mente, é de grande preocupação ocidental o movimento que vem acontecendo nos últimos anos, uma escalada na parceria estratégica entre Rússia e Coreia do Norte, que pode ter implicações a longo prazo. Prova disto é que Moscou disparou repetidamente mísseis balísticos de curto alcance fornecidos pela Coreia do Norte contra alvos ucranianos. Outro resultado dos laços entre os regimes é a possibilidade de driblar as restrições econômicas ocidentais, acelerando suas economias e potencialmente reforçando seus programas de desenvolvimento de armas.

10.22 República Bolivariana da Venezuela

País da América Latina com governo socialista e polêmico, a República Bolivariana da Venezuela sofre com sanções desde 2015 quando, no governo de Barack Obama, foi declarado que o país representava uma “ameaça inusual e extraordinária à segurança nacional dos Estados Unidos”. Acusados de violação dos direitos humanos e deterioração da democracia, a Venezuela sofreu, à priori, com congelamentos de bens e ativos de funcionários específicos, além da proibição de viagens para os EUA.

Após isso, tiveram evoluções das sanções por recorrência de atos considerados antidemocráticos pelos Estados Unidos, União Europeia e pela ONU. Por isso, embargos de armas, sanções financeiras e limitações à indústria petrolífera foram impostas por diversos países provocando uma grave escassez de alimentos e medicamentos no país, uma recessão econômica e déficit de investimentos, desrespeitando os direitos humanos abordados pela própria Nações Unidas.

Por um tempo, as medidas contra a nação venezuelana cessaram. Em janeiro de 2024, todavia, os Estados Unidos voltaram a aplicar sanções contra a Venezuela depois que a Suprema Corte do país impediu a candidatura presidencial da líder da oposição Maria Corina Machado. Com essa nova declaração, o Departamento do Tesouro americano anunciou a retirada da licença concedida à mineradora estatal Minerven e afirmou que não renovará a autorização geral do setor de petróleo e gás da Venezuela a menos que haja “progresso” político entre o governo do presidente Nicolás Maduro e a oposição.

Já em suas relações com a Coreia do Norte, o país sul-americano realizou no ano de 2023 uma agenda em “matéria de comunicação” com objetivos pautados na defesa de seus territórios, na soberania desses e na multipolaridade existente nos dois países. Relações diplomáticas entre norte-coreanos e da Venezuela se estabeleceram em 1965, nove anos após do reconhecimento venezuelano do país asiático como Estado soberano.

A fim de evitar limitações, Irã, Coreia do Norte e Venezuela uniram forças para lutar contra as sanções impostas. Em 2020, houve uma investigação pelas Nações Unidas com o viés de averiguar se as sanções impostas ao país norte-coreano estavam sendo violadas pela Venezuela.



Ademais, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2023, o governo venezuelano apresentou o “mapa geopolítico de sanções” e propôs a formação de uma aliança internacional entre os países que são alvos destas medidas.

Portanto, a Venezuela entende que o sistema de sanções são armas de destruição em massa pois são responsáveis pelo desenvolvimento atrasado de povos e nações inteiras. Acredita, também, que essa ferramenta foi criada com o objetivo de controle de nações fracas por parte de nações que têm uma posição dominante no sistema econômico mundial.

10.23 República Socialista do Vietnã

Localizado na região da Indochina, a república vietnamita possui uma relação conturbada com a Coreia do Norte desde a Guerra do Vietnã (1955-1975), na qual a RPDC não queria o cessar-fogo que os Estados Unidos travava no território. Com isso em mente, tais tensões se intensificaram após a guerra entre Camboja e Vietnã, em que a delegação norte-coreana se recusou a reconhecer a República Popular do Kampuchea, desafiando os interesses vietnamitas. Apesar disso, devido a afinidades ideológicas, existe uma base de confiança entre a Coreia do Norte e o Vietnã nos âmbitos diplomáticas e econômicas.

Nesse viés, é importante ressaltar que há concordâncias entre Vietnã e Estados Unidos, principalmente após o país asiático se recuperar dos estragos da guerra para se tornar uma das economias de mais rápido crescimento no continente com lideranças diplomaticamente experientes. O Vietnã tem sido um terreno neutro para discussões entre os EUA e a RPDC, como evidenciado pela cúpula entre o ex-presidente Trump e o líder Kim Jong Un em 2019.

Em decorrência de suas relações econômicas com o Irã e a Coreia do Norte, o Vietnã enfrenta desafios significativos em suas importações e exportações devido às sanções impostas pelos Estados Unidos. Setores como gás e transporte são particularmente afetados. Conseqüentemente, o Estado vietnamita se posiciona contra a política de sanções e adota uma postura neutra em relação à Coreia do Norte.

No que diz respeito a armas nucleares, o Vietnã aderiu ao Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares em 2021. O país expressa preocupação em relação a essas armas, argumentando que o perigo que representam para a humanidade ainda persiste.

10.24 Mongólia

A Mongólia é historicamente ativa no que concerne à política externa, buscando uma postura democrática e de engajamento construtivo. Nesse sentido, o território mongol possui uma localização extremamente estratégica na Ásia Oriental, entre a China e a Rússia, portanto, estabelece



relações amistosas com os dois países. A respeito da Coreia do Norte, ambos possuem relações cordiais, embora distantes em termos de integração política e econômica.

Como um país que valoriza a diplomacia e o diálogo, muitas vezes expressou apoio à desnuclearização da Península Coreana e ao processo de negociação entre a Coreia do Norte e outros atores internacionais, incluindo os Estados Unidos. Sua postura frente ao armamento nuclear é de total desaprovação, se tornando um símbolo do desarmamento nuclear em 1992, quando declarou seu território como uma zona livre de armas atômicas. Além disso, é uma nação signatária do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, com o objetivo de promover o desarmamento na região e no mundo, auxiliando políticas internacionais contra a nuclearização e reforçando seus riscos para a manutenção da paz.



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caros senhores delegados e senhoras delegadas,

Como Diretores do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, possuímos credibilidade no potencial de cada um dos senhores delegados escolhidos para este comitê. Por isso, não esperamos menos que pesquisas e argumentos fundamentados para o desenvolvimento de um debate de boa qualidade, além de empatia com seus colegas no decorrer das discussões.

Desse modo, almejamos que os senhores sejam capazes de desenvolver habilidades que contribuam para uma profunda reflexão acerca do atual cenário geopolítico conflitante e a imposição de poder na manutenção de uma Ordem Mundial dominada por ideologias hegemônicas. Além disso, é esperado que as delegações proponham discussões decorosas e dinâmicas de alto nível, condizentes com o que foi estudado. Esperamos, também, que este Guia de Estudos, preparado com muito esforço e dedicação, forneça conhecimentos basilares e os incentive a realizar pesquisas individuais aprofundadas no posicionamento de sua delegação.

Nesse sentido, ressaltamos que o principal objetivo dos senhores delegados deve ser buscar sempre a melhor versão de si mesmos, independentemente de qualquer recompensa. Apenas assim a Simulação terá cumprido seu propósito: o de construir memórias, unindo pessoas, ideias e ideais. Por fim, nós, da Mesa Diretora, reforçamos a nossa disponibilidade integral a fim de sanar quaisquer questionamentos e dúvidas sobre o debate e tema discutido. Bons estudos e encerramos nosso discurso!

Atenciosamente,

Bruna Catão, Isabel Maia e Victoria Kozilek



12. REFERÊNCIAS

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c87y3nyyrngo>

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn01e5nkn2lo>

<https://exame.com/mundo/governo-dos-eua-anuncia-projeto-de-nova-bomba-nuclear-24-vezes-mais-potente-que-a-de-hiroshima/>

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/04/21/coreia-do-norte-rejeita-pedido-do-g7-por-desnuclearizacao.htm>

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/venezuela-propoe-na-onu-alianca-entre-paises-alvos-de-sancoes/>

<https://teoriaedebate.org.br/2022/04/12/sancoes-matam-sobretudo-as-populacoes-mais-pobres/>

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.**

<https://www.38north.org/2017/09/rfrank091817/>

<https://www.desenvolvimento.mg.gov.br/assets/projetos/1084/3587df7c3e79cfc49cdb7a03261899fe.pdf>

<https://news.un.org/pt/story/2023/03/1811662>

<https://news.un.org/pt/story/2022/08/1797862>

<https://news.un.org/pt/story/2022/02/1779042>

<https://brasil.un.org/pt-br/59807-disponibilizado-guia-para-ongs-interessadas-em-trabalhar-com-onu>

<https://brasil.un.org/pt-br/244867-onu-abre-78%C2%AA-assembleia-geral-enfatizando-paz-prosperidade-progresso-e-sustentabilidade>

<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22136>

<https://repositorio.unesp.br/>

<https://www.infoescola.com/historia/corrida-armamentista/>

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-emitem-novas-sancoes-a-coreia-do-norte-apos-recente-lancamento-de-misses/>



<https://cepsongunbr.com/2020/08/05/opinia-o-sancoes-da-onu-contra-coreia-do-norte-revelam-hipocrisia-e-injustica/>

<https://www.infoescola.com/economia/embargo-dos-estados-unidos-a-cuba/>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57862474>

<https://www.brasildefato.com.br/2023/07/07/sancoes-tem-efeito-letal-intelectuais-pedem-fim-do-bloqueio-dos-eua-contra-cuba-e-venezuela>

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/por-138-votos-assembleia-geral-da-onu-aprova-fim-do-embargo-dos-eua-contra-cuba/>

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c03517xew28o>

<https://www.dailymaverick.co.za/article/2013-11-06-south-africa-and-north-korea-with-friends-like-these/>

<https://www.dw.com/pt-002/metade-dos-pa%C3%ADses-africanos-faz-com%C3%A9rcio-com-a-coreia-do-norte/a-40678840>

<https://www.dw.com/pt-br/como-a-coreia-do-norte-vem-perdendo-influ%C3%Aancia-na-%C3%A1frica/a-67346975>

<https://www.africanews.com/2024/02/14/sa-us-relations-will-be-scrutinized-as-us-lawmakers-seek-to-review-ties-cite-icj-case/>

<https://www.auswaertiges-amt.de/de/service/laender/koreademokratischevolksrepublik-node/bilateral/216110>

<https://www.consilium.europa.eu/de/policies/sanctions/north-korea-sanctions/timeline-eu-restrictive-measures-against-north-korea/>

<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-democratica-da-coreia>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_entre_Brasil_e_Coreia_do_Norte

<https://www.phnompenhpost.com/>

<https://www.nknews.org/>

<https://www.khmertimeskh.com/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_das_Rel%C3%A7%C3%B5es_Ex



<https://revistaintertelas.com/2020/09/04/cuba-e-coreia-do-norte-60-anos-de-uma-relacao-soberana-e-digna/>

<https://www.brasildefato.com.br/2022/09/22/cuba-defende-erradicacao-de-armas-nucleares-e-fim-dos-bloqueios-economicos-na-assembleia-da-onu>

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/tnp.htm>

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/02/6802923-cuba-retoma-relacoes-diplomaticas-com-coreia-do-sul-apos-65-anos.html>

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn4lye3grz0o>

<https://veja.abril.com.br/mundo/coreia-do-norte-planeja-fechar-embaixadas-ao-redor-do-mundo>

<https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/coree-du-nord/relations-bilaterales/#:~:text=La%20France%20n'a%20pas,d'ordre%20humanitaire%20et%20culturel.>

<https://www.vie-publique.fr/parole-dexpert/285856-la-politique-de-dissuasion-nucleaire-francaise-defense-budget>

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6pd3p5d7dvo>

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/tratado-sobre-a-proibicao-de-armas-nucleares-tpan.htm>

<https://www.ilsole24ore.com/art/nucleare-italia-oltre-100-ordigni-usa-ecco-dove-sono-stati-dislocati-AEp5NH2B>

<https://www.giornalediplomatico.it/corea-nord-chiude-ambasciate-ma-rafforza-quella-a-roma.htm>

https://en.wikipedia.org/wiki/Japan%E2%80%93North_Korea_relations#:~:text=Relations%20between%20the%20two%20countries,North%20Korea%20in%20the%20world.

<https://sputniknewsbr.com.br/20231209/japao-deve-desenvolver-armas-nucleares-ja-que-guarda-chuva-dos-eua-esta-desgastado-diz-revista-31932948.html>

<https://observador.pt/2023/12/01/japao-alarga-sancoes-contr-coreia-do-norte-apos-lancamento-de-satelite-espiao/>



<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/nicaragua-anuncia-embaixada-na-coreia-do-norte-trabalhar-juntos/>

<https://www.divergentes.com/nicaragua-en-corea-del-norte-mas-alla-de-la-diplomacia-y-la-hermandad-ideologica/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/eua-impoem-sancoes-a-juizes-da-nicaragua-que-tiraram-cidadania-de-opositores/>

https://pt.wikipedia.org/wiki/San%C3%A7%C3%B5es_contra_a_Nicar%C3%A1gua#:~:text=As%20san%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20contra%20a,oposi%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%2C%20mas%20tamb%C3%A9m%20os

<https://ahf.nuclearmuseum.org/ahf/history/indian-nuclear-program/>

<https://fas.org/publication/indias-nuclear-arsenal-takes-a-big-step-forward/>

<https://dae.gov.in/>

<https://unric.org/pt/orgaos-da-onu/>

<https://crusoe.com.br/diario/ortega-vai-conseguir-a-sua-bombita-atomica/>

<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1224>

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-a-filosofia-juche/467459744>

<https://www.dfat.gov.au/geo/democratic-peoples-republic-of-korea/democratic-peoples-republic-of-korea-north-korea-country-brief>

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/12/internacional/1505223905_411268.html

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c87y3nyyrngo>

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/paquistao-oferece-mais-riscos-do-que-a-coreia-do-norte-na-questao-nuclear-300ptzuvnepbzawiz694hyipr/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/venezuela-propoe-na-onu-alianca-entre-paises-alvos-de-sancoes/>

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxepl02jvk2o>

<https://oglobo.globo.com/mundo/epoca/noticia/2023/02/coreia-do-norte-promete-ampliar-e-intensificar-exercicios-militares.ghtml>



https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_entre_Coreia_do_Norte_e_Coreia_do_Sul

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/01/06/do-aperto-de-maos-a-uma-escalada-de-tensao-sem-precedentes-como-a-relacao-das-duas-coreias-se-deteriora-a-cada-dia.ghtml>

<https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2024/02/29/putin-ameaca-usar-armas-nucleares-capazes-de-destruir-a-civilizacao.ghtml>

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/02/russia-deixa-tratado-global-que-proibe-testes-nucleares.ghtml>

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-mostram-preocupacoes-com-aproximacao-entre-russia-e-coreia-do-norte/>

[https://mundoeduca.uol.com.br/historiageral/guerra-coreia.htm#:~:text=Guerra%20da%20Coreia-A%20Guerra%20da%20Coreia%20\(1950%2D1953\)%20foi%20o%20conflito,da%20Segunda%20Guerra%2C%20em%201945.](https://mundoeduca.uol.com.br/historiageral/guerra-coreia.htm#:~:text=Guerra%20da%20Coreia-A%20Guerra%20da%20Coreia%20(1950%2D1953)%20foi%20o%20conflito,da%20Segunda%20Guerra%2C%20em%201945.)

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxep102jvk2o>

<https://www.usip.org/publications/2022/11/current-situation-north-korea>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41278289>

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/12/internacional/1505223905_411268.html

<https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/09/sancoes-coreia-do-norte-serao-eficazes.html>

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/20/economia/1492664119_821475.html

<https://braver.com.br/pt-br/blog/como-funciona-o-comercio-exterior-da-coreia-do-norte>

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckd4v1z8kzzo>

<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/com-discurso-de-modernizacao-eua-anunciam-nova-bomba-atmica-no-arsenal-militar/>

<https://www.cfr.org/expert-brief/why-north-korea-turning-more-aggressive>



<https://icleconomia.com.br/paises-gastaram-us-829-bilhoes-armas-nucleares/#:~:text=Nove%20pa%C3%ADses%20gastaram%20US%24%2082%2C9%20bilh%C3%B5es%20em%20armas%20nucleares,7%20bilh%C3%B5es%20em%20ogivas%20at%C3%B4micas&text=Capitaneados%20pelos%20Estados%20Unidos%2C%20nove,vez%20mais%20em%20armas%20nucleares.>

<https://www.poder360.com.br/internacional/russia-e-eua-tem-90-das-armas-nucleares-do-mundo/>

<https://www.foxnews.com/media/cartoonist-mocks-washington-post-pulling-anti-hamas-piece-race-card-cartoon>

<https://sputnikglobe.com/docs/index.html>

https://sputniknewsbr.com.br/docs/about/quem_somos.html

https://blog.x.com/en_us/topics/company/2017/Announcement-RT-and-Sputnik-Advertising

<https://sputniknewsbr.com.br/20220118/ameaca-que-nao-existe-21067126.html>

<https://www.icanw.org/vietnam>

https://www.icanw.org/mongolia_accedes_to_un_nuclear_weapon_ban_treaty

<https://nhandan.vn/vun-dap-tinh-huu-nghi-truyen-thong-viet-nam-trieu-tien-post785131.html>

<https://vnexpress.net/moi-quan-he-duoc-hun-duc-tu-khoi-lua-chien-tranh-giua-viet-nam-va-trieu-tien-3882580.html>



III ONU **INTER COLEGIAL**



Rede Jesuíta de Educação

Este material é para uso exclusivo dos participantes inscritos no evento mencionado, sendo vedada a sua reprodução total ou parcial, de forma onerosa ou gratuita, sob pena de prática de violação de direito autoral passível de medidas judiciais cabíveis.